

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: Política
Data: 16/06/2019	



Domingo, 16 de Junho de 2019 - 10:00

Estados e municípios se mobilizam por reforma tributária do Congresso

por Eduardo Cucolo | Folhapress



As chances de aprovação de uma reforma tributária neste ano aumentaram diante do protagonismo assumido pelo Congresso Nacional, que tirou das mãos do governo a condução de propostas como a Previdência e a unificação de tributos.

Essa é a avaliação feita por secretários de Fazenda de estados e municípios, que já se articulam para negociar com deputados e senadores alterações na proposta tributária que tramita atualmente no Congresso, tendo entre seus objetivos fortalecer o poder de governadores e prefeitos na gestão da arrecadação.

No final de maio, a Comissão de Constituição de Justiça da Câmara aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e que tem como base os trabalhos do Centro de Cidadania Fiscal (CCif), comandado pelo economista Bernard Appy.

O governo federal não participou da elaboração do texto e não apresentou proposta alternativa até o momento. Já os secretários estaduais de Fazenda esperam chegar a um consenso em reunião marcada para o início de julho.

Entre as alterações que ganharam apoio estão a concentração da arrecadação em um comitê gestor que teria a presença apenas de estados e municípios, e não da União, e a criação de alíquotas diferenciadas para alguns setores.

Diante da possibilidade de o Ministério da Economia tentar aprovar uma reforma que unifique apenas tributos federais, os secretários avaliam ainda qual a melhor estratégia: insistir em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para todas as esferas

de governo ou trabalhar apenas pela unificação do ICMS (estadual) e do ISS (municipal).

"A ideia é que a gente apresente uma emenda. Dificilmente teremos 100% [de apoio], mas devemos ter uma ampla maioria", afirmou Rafael Fonteles, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda e secretário de Fazenda do Piauí, durante encontro sobre reforma tributária organizado pela organização social Comunitas nesta sexta-feira (14).

"Um protagonismo maior é uma condição para o apoio dos estados. A maior parte desse IBS é ICMS e ISS. Eles [estados e municípios] é que repassariam a parte da União. É um projeto ousado, mas é uma das principais condições para apoiarmos a proposta."

Os secretários também tendem a propor três alíquotas com abrangência nacional, cada uma aplicada a um determinado grupo de bens e serviços, o que seria definido pelo comitê gestor, sem a participação do governo federal.

A PEC em seu formato atual dá autonomia para prefeitos e governadores decidirem sua própria alíquota, mas de forma limitada e aplicada a todos os contribuintes da região.

Fonteles manifestou preocupação com a possibilidade já levantada pelo Ministério da Economia de excluir estados e municípios em uma reforma de iniciativa do governo.

Por isso, o grupo técnico do Consefaz elaborou duas propostas, um substitutivo à PEC 45 e uma proposta que trata apenas da unificação de ICMS e ISS. A questão será debatida com representantes de prefeitos na próxima semana.

"A preferência da maioria dos secretários é um tributo amplo. Mas a União está dizendo que acha pouco provável", afirmou Fonteles.

Presente ao encontro, o economista Bernard Appy disse que, tecnicamente, prefere um comitê gestor, chamado no projeto de Agência Tributária Nacional, com todos os governantes em pé de igualdade. Afirmou também ver com preocupação a diferenciação de alíquotas entre setores, o que poderia gerar privilégios.

Appy disse ainda que a instituição contribuiu para a proposta em tramitação, mas que agora a discussão será no Congresso. Sem entrar nas disputas entre Executivo e Legislativo, ele afirmou estar otimista. "Nunca vi um ambiente tão favorável para aprovar uma reforma tributária como agora."

A PEC 45 prevê converter cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único, o IBS, cuja receita seria compartilhada entre União, estados e municípios. Com a mudança, o Produto Interno Bruto (PIB) poderia crescer 10% a mais em 15 anos, diz o CCiF.

Tribuna

Rui Costa rebate Doria após crítica a governadores do Nordeste

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER E AGÊNCIAS

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), rebateu, ontem, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que culpou os gestores estaduais do Nordeste pelo fato de os estados ficarem de fora do parecer do relator Samuel Moreira (PSDB-SP) sobre a reforma da Previdência. Em postagem nas redes sociais, o petista baiano afirmou que a mudança nas aposentadorias, "precisa ser boa para os estados e proteger os mais pobres" e que os governadores não "aceitarão qualquer tipo de chantagem

ou pressão".

"Existe um ponto que precisa ficar muito claro: a Bahia trabalha e torce para que o País dê certo. E eu tenho certeza de que o Nordeste precisa ser boa para os estados e proteger os mais pobres. Os governadores do Nordeste participaram de várias reuniões e continuam abertos para novas discussões, mas não baixarão a cabeça ou aceitarão qualquer tipo de chantagem ou pressão. A Previdência é um assunto sério e não pode ser discutida em tom de palanque eleitoral ou mesmo com preconceito. O Brasil é um só. Nossa atitude não é de traição ao povo mais pobre", disse Rui.

Para Doria, faltou "atu-

de" e "voz de comando" por parte dos governadores do Nordeste para mobilizar deputados da região e fazer com que estados e municípios fossem incluídos no relatório da reforma da Previdência. O tucano foi um dos principais articuladores do movimento que pedia a manutenção dos governos locais no texto de Samuel Moreira.

O governador paulista afirmou que compreendeu o movimento de não inclusão como uma estratégia "bem desenhada" da base do governo para evitar confrontos e que a expectativa é de que estados e municípios sejam incluídos no projeto na próxima semana. "Continuo batendo na mesma tecla de que é impossível realizar a

reforma da previdência sem estados e municípios incluídos", afirmou. "A exclusão não vai ocorrer. Mas se ocorreresse condenaria a reforma da previdência a curto e médio prazo."

Segundo ele, governadores do Nordeste (muitos dos quais opositoristas) se comprometeram nesta semana, durante o Fórum de Governadores, a fazer esforços para conquistar votos favoráveis à medida de deputados da região. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que os estados e municípios podem ser reincluídos por meio de destaque e que o mais provável é que isso ocorra em plenário. Para isso, é necessário que haja compromisso de deputados



RUI COSTA rebateu o governador de São Paulo, João Doria, que culpou os gestores estaduais do Nordeste pelo fato de os estados ficarem de fora da reforma

ligados aos chefes dos Executivos estaduais de votar pela reforma.

O governador baiano tem sinalizado apoio à reforma desde que sejam retiradas as mudanças nas aposentadorias rurais e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos em situação de miséria. Também exige a exclusão do trecho que autoriza a criação de um regime de capitalização e dos pontos que retiram da Constituição a definição de regras da aposentadoria. No parecer do relator, foram retirados os quatro pontos.

Rui argumenta ainda que o texto precisa mudar porque pode causar impacto nas contas dos governos estaduais. Segundo ele, estudos feitos na Bahia mostram que trará impacto a reintrodução da paridade para agentes penitenciários e policiais, dando aos inativos o direito a reajustes concedidos à ativa. "Isso, sim, é ideologia. Como o governo tem esse viés policialesco, faz esse aceno. Mas policiais são a maior parte do déficit dos estados. Isso nos onera.", afirmou, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo.

Tribuna

Avanço

O governador Rui Costa (PT) disse que a retirada de alguns pontos da reforma da Previdência abre espaço para o diálogo entre o Palácio do Planalto e os governadores. “É um avanço, porque os quatro pontos que havíamos colocado foram retirados. Na reunião com os governadores, listamos uma série de questões que incluem o déficit dos estados. O relator ficou



Rui Costa

de dialogar com os governadores para encontrar uma solução para vários outros pontos. Então, acho que retirados os quatro pontos, abre espaço para um diálogo mais detalhado, que inclui, inclusive, a forma como os estados vão financiar o déficit, que vai ser crescente até 2024”.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 16/06/2019	Página: B2

BRASIL

Colheita da soja pode aumentar em 2019/2020

MORGANN JEZEQUEL

France Press, Rio de Janeiro

Graças à voracidade chinesa, a colheita da soja no Brasil, que deveria cair levemente este ano, pode aumentar no ciclo 2019/20 até superar a dos Estados Unidos, atualmente os maiores produtores mundiais.

O departamento americano de Agricultura avaliou na quarta-feira que a produção do grão no Brasil chegará a 123 milhões de toneladas em 2020, em comparação com as 117 milhões deste ano. Já os Estados Unidos vão registrar uma queda de 123,6 milhões de toneladas para 112 milhões devido a péssimas condições climáticas.

Atual maior exportador mundial de soja, logo à frente dos EUA, o Brasil registou em 2018 um recorde na comercialização do produto para o exterior, com 83,6 milhões de toneladas negociadas, o que significa um crescimento de 22% em relação ao ano anterior.

Esse resultado se explica fundamentalmente pelo apetite dos chineses que, em plena guerra tarifária com os Estados Unidos, aumentaram suas compras do Brasil. As exportações de soja brasileira para a China subiram 30%, movimentando 68,8 milhões de toneladas. Já a União Europeia compra do Brasil um terço da soja de que necessita.

17/06/2019 - 05:00

Investimento das capitais cai pela metade em 4 anos

Por **Marta Watanabe**

Mesmo com eleições para prefeito no ano que vem, as capitais não conseguiram deslanchar os investimentos com mais força. As prefeituras das capitais elevaram os investimentos em relação ao ano passado, mas houve queda na comparação com 2015.

Dados de 23 capitais mostram que no primeiro quadrimestre deste ano os investimentos no agregado somaram R\$ 1,22 bilhão, com crescimento de 7,2% contra igual período do ano passado. Em relação a iguais meses de 2015, porém, há queda de 54,5%. Naquele ano os investimentos das mesmas 23 capitais somaram R\$ 2,69 bilhões. Segundo prefeituras e analistas, a crise econômica e a rigidez orçamentária resultante da evolução de gastos correntes, principalmente com pessoal, explicam o desempenho dos investimentos.



Ana Carla Abrão: dinâmica da crise dos municípios é a mesma que a dos Estados

A comparação com 2015 permite verificar a evolução dos investimentos no mesmo período dentro do ciclo eleitoral. Assim como 2019, 2015 estava em curso o terceiro ano de mandato dos prefeitos. Dentro de um quadriênio de mandato, o terceiro ano costuma ser o período em que os prefeitos começam a alavancar os investimentos, já se programando para as eleições do ano seguinte.

O levantamento do **Valor** considerou os valores liquidados informados nos relatórios fiscais apresentados pelas prefeituras ao Tesouro Nacional. Os dados foram atualizados pelo IPCA. Três capitais não tinham seus relatórios divulgados pelo Tesouro até a conclusão desta reportagem.

Para José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), o resultado não surpreende porque as prefeituras tiveram que fazer um ajuste fiscal, com corte de despesas, já que não podem emitir títulos livremente, como a União, e têm menos acesso a crédito bancário. "Mas quem pagou a conta foi o futuro, das cidades e do país, porque, como sempre, o ajuste foi muito baseado nesse corte profundo de investimentos, mesmo numa época em que politicamente poderia estar aumentando os gastos com obras."

O controle de despesa, diz Afonso, está baseado em contenção de investimentos, porque as atuais regras fiscais não os preservam. O economista alerta que o investimento público no país por décadas foi liderado pelos governos estaduais e municipais. Estes, em alguns anos, chegaram até a investir mais que a União. "Isso significa que, quando prefeituras cortam seus investimentos, há impacto direto e forte na taxa de investimento do governo e do país. Não surpreende que depois se tenha tanta dificuldade para o crescimento brasileiro decolar."

A queda de 54,5% não surpreende e mostra que municípios, assim como os Estados, estão estrangulados na capacidade de investimentos, diz a economista Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman. É uma redução significativa de uma base mais baixa, já que os municípios sofrem pressão menor por investimentos que Estados. "A dinâmica que vem gerando a crise dos Estados é a mesma que gera a crise dos municípios, com crescente comprometimento das receitas com despesas de pessoal, sobrando cada vez menos para custeio e investimento."

No resultado consolidado das 23 capitais, o município do Rio de Janeiro tem grande influência. De janeiro a abril deste ano a capital fluminense investiu R\$ 71,4 milhões, valor bem maior que os R\$ 16,9 milhões aplicados em igual período do ano passado. Menor, porém, que os R\$ 927,96 milhões investidos no primeiro quadrimestre de 2015, sempre em valores

Investimentos em queda

Por capitais no primeiro quadrimestre - em R\$ milhões

Capital	2015*	2018*	2019
Rio Branco (AC)	38,28	12,30	19,21
Manaus (AM)	220,21	97,35	169,82
Salvador (BA)	29,67	85,56	54,02
Fortaleza (CE)	65,37	67,93	89,45
Vitória (ES)	16,10	5,87	17,77
Goânia (GO)	21,19	19,80	20,87
São Luís (MA)	25,34	2,64	7,54
Belo Horizonte (MG)	188,17	65,99	88,79
Campo Grande (MS)	43,61	26,06	34,99
Cuiabá (MT)	21,78	32,24	45,45
João Pessoa (PB)	19,13	14,16	18,74
Recife (PE)	123,24	48,60	67,33

atualizados pelo IPCA.

Mesmo retirando o Rio da amostra, há queda significativa nos investimentos do consolidado, de R\$ 1,76 bilhão no primeiro quadrimestre de 2015 para R\$ 1,15 bilhão em iguais meses de 2019. Um olhar mais detido nos números mostra que o recuo nos investimentos não se restringiu ao Rio.

Dentre as 23 capitais, em 14 os investimentos tiveram queda real de 2015 a 2019. Além do Rio de Janeiro, em sete prefeituras - São Luís, Belo Horizonte,

João Pessoa, Natal, Porto Alegre, São Paulo e Palmas - a queda ultrapassou os 50%. Nas demais seis capitais - Rio Branco, Manaus, Campo Grande, Recife e Teresina e Belém - a queda variou de 3,68% a 49,81%. Nas outras nove capitais, houve elevação de investimentos.

A Secretaria de Fazenda do município do Rio de Janeiro diz em nota que a diminuição dos investimentos de 2015 a 2019 se deve ao fim da Olimpíada, evento sediado pela capital fluminense em 2016, mas também cita os efeitos da recessão econômica. "Além disso, é preciso considerar também a crise sem precedentes que alcançou o município do Rio, assim como o Estado", diz a nota. Para 2019, há expectativa de melhora na arrecadação, relata a secretaria, como resultado de esforços nas áreas de cobrança, securitização da dívida, entre outros. A receita prevista na Lei Orçamentária Anual para o município em 2019 é de R\$ 30,6 bilhões.

O município do Rio, diz Ana Carla, certamente sofre com a crise do Estado, que também contribuiu para comprometer sua capacidade de investir. Ela também destaca o desempenho do município de São Paulo, que também apresenta queda de investimento. "A dinâmica perversa em que os gastos correntes crescem de forma acelerada não está poupando nem mesmo os municípios mais ricos e com as contas em dia. Mostra que é uma tendência estabelecida nos municípios de forma geral."

Na capital paulista, os investimentos no primeiro quadrimestre de 2019 caíram tanto em relação a igual período do ano passado quanto sobre 2015. Os investimentos deste ano somaram R\$ 322 milhões, ante R\$ 430,2 milhões do ano passado e R\$ 691,1 milhões de 2015, sempre considerando valores atualizados pelo IPCA.

Em nota, a Secretaria de Fazenda do município de São Paulo destaca que o aumento de duas linhas de gastos - previdência e subsídio ao transporte público - fez a capacidade de investimento da prefeitura cair, entre 2015 e 2019, cerca de 6,5% da Receita Corrente Líquida (RCL). O percentual representa cerca de R\$ 3,3 bilhões dos R\$ 50,7 bilhões da RCL prevista para 2019.

Os gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões, que somaram R\$ 6,1 bilhões em 2015, ressalta a nota, alcançaram R\$ 9 bilhões em 2018 e estão projetados em R\$ 10,1 bilhões para 2019. Os efeitos da reforma da Previdência municipal, aprovada nos últimos dias de 2018, começaram a ser sentidos a partir de abril de 2019, em razão da noventena, e podem ajudar as contas municipais, mas a aprovação da reforma da Previdência em âmbito nacional é fundamental para complementar os esforços já realizados pelo município, especialmente no que se refere ao aumento no tempo de contribuição dos servidores.

O gasto com subsídio ao transporte público, prossegue a nota, passou de R\$ 1,9 bilhão em 2015 para R\$ 3,3 bilhões em 2018. Para 2019, o subsídio previsto por enquanto é de R\$ 2,6 bilhões. Os valores diferenciados na tarifa do vale-transporte vêm sendo alvo de questionamentos judiciais.

Com a revisão do programa de metas no início do ano, diz a prefeitura, a previsão é de uma retomada no ritmo de execução dos investimentos do município a partir do segundo quadrimestre. Para este ano estão previstos R\$ 3 bilhões em investimentos do programa de metas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 17/06/2019	Página: 06

Tribuna

Petrobras faz a maior descoberta desde o pré-sal, em Sergipe e Alagoas

A Petrobrás fez em Sergipe sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. De seis campos, espera extrair 20 milhões de m³ por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira. Divulgada no mês passado, a descoberta deve gerar R\$ 7 bilhões de receita anual à estatal e sócias, calcula a consultoria Gas Energy. Na avaliação do governo, a conquista pode ajudar a tirar do papel o esperado “choque de energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes - plano para baratear em até 50% o custo do gás natural e

“reindustrializar” o País. É o que mostra reportagem do Estadão. A aposta do governo é que, em pouco tempo, deva sair de Sergipe o gás mais barato do Brasil. Primeiro, pelo próprio aumento da produção, que ajuda na redução dos custos. Segundo, pela entrada em operação de rivais da petroleira, como a americana ExxonMobil, que tem projetos de exploração na região. Por fim, pela presença de empresas importadoras de gás, que também vão concorrer pela infraestrutura de escoamento. Dessa maneira, a tendência é de redução na tarifa de transporte e, com isso, também do preço

final do produto.

“Vamos ter competição. É isso que vai fazer o preço baixar”, afirma o secretário de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Felix, que participa da elaboração do plano de Guedes.

O governo também tem a expectativa de estimular a economia na região com o gás. De 2014 a 2017, a cadeia de óleo e gás ficou praticamente paralisada como reflexo da forte queda no preço do insumo no mercado internacional e das revelações da Operação Lava Jato da Polícia Federal, que revelou bilhões em desvios de recursos na Petrobrás.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 12/06/2019	Coluna: Economia



SERGIPE TORNA-SE O NOVO ELDORADO ECONÔMICO COM DESCOBERTA PELA PETROBRAS DE JAZIDA NO PRÉ-SAL



16 Junho, 2019

O estado de Sergipe, cujo PIB de R\$ 36 bilhões é menor do que o de Salvador, está prestes a se tornar um eldorado econômico. É que a Petrobras descobriu no estado vizinho uma reserva de 20 milhões de m³ por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira. A informação é do jornal Estado de São Paulo e significa para a Petrobras a maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. Foram descobertos seis campos que devem gerar R\$ 7 bilhões de receita anual à estatal e sócias, segundo cálculos da consultoria Gas Energy. A economia de Sergipe será fortemente dinamizada com a descoberta, não só porque o estado terá o gás mais barato do Brasil, o que vai atrair muitas empresas para a região, mas também porque a Petrobras deve gastar US\$ 2 bilhões ainda neste ano na exploração e viabilização das plataformas.

Sergipe já está trabalhando para atrair grandes consumidores de gás para o município de Barra dos Coqueiros, onde ficam as reservas, e que é vizinho a Aracaju, onde funciona o Porto de Sergipe. É aí na pequena cidade com apenas 25 mil habitantes, que é cercada por praias e mangue, que deve surgir o novo distrito industrial. “Virei um caixeiro viajante, batendo de porta em porta de indústrias, oferecendo as vantagens do gás natural a quem quiser se instalar no Estado”, disse ao jornal Estado de São Paulo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, José Augusto Pereira de Carvalho. A Petrobras informou que as águas profundas de Sergipe vêm mostrando grande potencial para o desenvolvimento.

17/06/2019 - 05:00

Renegociar dívidas custou R\$ 400 bi em duas décadas

Por Edna Simão

As sucessivas renegociações de dívidas estaduais feitas pela União custaram aos cofres públicos quase R\$ 400 bilhões nos últimos 21 anos. O subsecretário de política fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, Marco Cavalcanti, disse, em entrevista ao **Valor**, que essa cifra é uma demonstração de que o governo federal tem feito sua parte para ajudar os Estados a enfrentarem suas crises financeiras ao longo dos anos.

O problema é que, mesmo com o "alívio" dado que impediu, por exemplo, a quebra generalizada dos Estados na década de 1990, os governos estaduais não fizeram ajustes nos gastos - ao contrário, aumentaram as despesas com pessoal - e agora, com a crise fiscal e com a economia desaquecida, pressionam o governo federal para criar novos instrumentos de auxílio.



No curto prazo, Cavalcanti citou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei complementar criando o Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), um socorro financeiro aos Estados que ficou conhecido como "Plano Mansueto". Para aderir ao programa, os entes da federação terão que cumprir exigências de ajuste fiscal para reduzir despesas. Um programa de longo prazo, conforme o subsecretário, está sendo proposto pela equipe do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e deve ser divulgado em breve, informou Cavalcanti.

Mesmo com a grave crise fiscal dos Estados e União, o subsecretário avaliou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não falhou. "Ela conseguiu dar diretrizes importantes para se evitar uma situação ainda pior", disse.

Estudo da secretaria mostra que o custo total das renegociações de dívidas dos Estados foi de R\$ 396,1 bilhões para a União, equivalente a 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse valor é resultado de emissões do governo federal de R\$ 973,9 bilhões que tinham prazo médio de vencimento de 15 anos para fazer frente aos débitos estaduais e pagamentos à União de R\$ 577,7 bilhões no prazo de 30 anos. Os números estão corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e considera a média dos 12 meses de cada ano. "A União teve um custo associado à emissão desses títulos para assumir as dívidas dos Estados", reforçou o subsecretário.

O estudo aponta ainda que, entre 2006 e 2018, as despesas com pessoal dos Estados passaram a consumir um percentual cada vez maior da Receita Corrente Líquida (RCL). Em 2006, o gasto com folha de pagamento de servidores públicos e aposentadorias e pensões representava 51,8% da RCL, atingiu, em 2017, o pico de 60,7% e fechou 2018 em 59,3%, segundo o estudo que utilizou a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Houve um aumento grande da despesa com pessoal, que já vinha ocorrendo antes de 2014. A recessão só agravou a situação porque reduziu as receitas dos Estados, mas não foi a crise econômica o principal motor dessa piora", frisou Cavalcanti. "Além de um problema conjuntural, os Estados têm um problema estrutural, o que pode ser visto no gasto com pessoal." Diante disso, os investimentos estaduais despencaram. Em 2002, chegaram a representar 10,1% da RCL. Em 2010, atingiram o pico de 13,7%, mas caíram para 6,9% em 2017.

Em 2006, a despesa com inativos e pensionistas dos Estados representava 19,5% e em 2018 saltou para 26,2% da RCL. O gasto com pessoal ativo passou de 32,2% para 33,1% da RCL no mesmo período. No caso dos trabalhadores ativos, conforme o subsecretário, os governos estaduais conseguem controlar um pouco mais o ritmo de crescimento pois podem

realizar menos concursos e dar percentuais mais baixos de reajuste. Essa gestão não é possível no pagamento de aposentadorias e pensões.

Por esse motivo, Cavalcanti lamentou a retirada de Estados e municípios da reforma da Previdência. A medida viabilizaria uma economia de quase R\$ 400 bilhões para os Estados e municípios ao longo de dez anos. A redução de despesa ajudaria os Estados a reequilibrarem suas contas e a se enquadrarem com mais facilidade no "Plano Mansueto".

Ele afirmou que, atualmente, a equipe econômica está mais focada na aprovação da reforma da Previdência Social. "Uma vez que a tramitação esteja mais avançada, há um conjunto de outras medidas que serão encaminhadas para ajudar nesse processo de consolidação fiscal", disse. "Sabemos que a reforma da Previdência é um passo inicial, necessário, mas não suficiente não apenas para consolidação fiscal mas também para a retomada o crescimento", complementou, argumentando que o governo tem uma série de medidas para alavancar a produtividade.

Segundo Cavalcanti, o Brasil chegou uma situação fiscal "calamitosa", o que tem impacto na expectativa dos agentes econômicos, que passam a ter um comportamento defensivo para investir. "Quanto mais rápido andar a reforma, mas rápida será a recuperação. O governo não vai cair na tentação de adotar medidas de curto prazo para não agravar o problema fiscal lá na frente", disse.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 17/06/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Funcionários do BNDES negam insatisfação com Levy e veem conflito em desestatização

Levy deixa presidência do BNDES em primeira baixa de Guedes; disputa política é travada em ministério

17.jun.2019 às 2h00

Alexa Salomão Bernardo Caram
São Paulo e Brasília

Joaquim Levy [pediu demissão da presidência do BNDES](#) (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) neste domingo (16). A decisão foi tomada após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que ele [estava "com a cabeça a prêmio"](#). "Solicitei ao ministro da Economia, Paulo Guedes, meu desligamento do BNDES. Minha expectativa é que ele aceda. Agradeço ao ministro o convite para servir ao país e desejo sucesso nas reformas", afirmou Levy, em nota.

O economista enviou uma carta a Guedes para comunicar sua decisão. É a [primeira baixa na equipe econômica](#). Na mensagem divulgada à imprensa, Levy agradeceu pela lealdade da diretoria e dos [funcionários do banco](#). Entre os [nomes cotados](#) para a presidência do BNDES estão os secretários especiais do ministério da Economia Carlos da Costa (Produtividade, Emprego e Competitividade) e Salim Mattar (Desestatização e Desinvestimento).

Nome de confiança de Guedes, a presidente da Susep (Superintendência de Seguros Privados), Solange Vieira, está entre as possibilidades. No sábado (15), Bolsonaro ameaçou demitir Levy, mesmo sem a anuência de Guedes, que, posteriormente, [endossou críticas ao subordinado](#). O clima piorou, segundo Bolsonaro, após Levy nomear um executivo que já havia trabalhado no banco durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O advogado [Marcos Barbosa Pinto](#) ocuparia a partir desta segunda-feira (17) a diretoria de Mercado de Capitais. "Essa pessoa, o Levy, já vem há algum tempo não sendo aquilo que foi combinado e aquilo que ele conhece a meu respeito", disse Bolsonaro.

A atuação de Levy no banco vinha gerando irritação também em Guedes. No BNDES, porém, a justificativa para a fritura de Levy apresenta incoerências e é vista como uma disputa de poder dentro do Ministério da Economia.

A primeira questão foi Bolsonaro se mostrar surpreso e indignado com a posse de Barbosa Pinto, uma vez que ele fora sondado por Levy para ocupar o posto antes da posse do novo governo. A indicação oficial chegou à Casa Civil, e o nome recebeu sinal verde. Na sequência, foi avaliado por diferentes organismos do governo. Passou pelo conselho de administração do banco de fomento, aprovado por unanimidade.

Respeitado no mercado, ele foi [sócio de Arminio Fraga](#), ex-presidente do Banco Central, na Gávea Investimentos. O nome de Barbosa Pinto foi aprovado, seguindo o Estatuto das Estatais, em assembleia do banco. Membros da área econômica do governo afirmaram à **Folha** que Levy tinha dificuldade de atender algumas das principais determinações do governo à frente do banco. Eram três as principais reclamações de Guedes.

A primeira avaliação é que Levy não deu andamento a uma criteriosa [revisão das grandes operações feitas pelo BNDES](#) nos últimos anos, principalmente as efetuadas durante as gestões do PT. Essa era uma das principais bandeiras de campanha de Bolsonaro e sua equipe. O argumento, dizem fontes do banco e até do governo, não é plausível porque o BNDES é investigado há dois anos. Até agora, não foi aberto processo contra nenhum integrante da instituição.

Segundo relatos de integrantes da equipe de Guedes, Levy, que foi ministro da Fazenda de Dilma Rousseff e secretário do Tesouro de Lula, não empenhou velocidade suficiente na venda de ativos em poder do banco. Desde o começo do ano, no entanto, já foram arrecadados cerca de R\$ 13 bilhões com a venda de participações. Era essa área que ficaria sob comando de Barbosa Pinto.

Esse tipo de operação, alegam técnicos da instituição, deve seguir a lógica de mercado, para que se tenha o melhor resultado financeiro. A carteira do BNDESPar —braço de participações— tem mais de cem investimentos, mas está concentrada em quatro empresas: Petrobras, Vale, Eletrobras e JBS. Diferentes circunstâncias impuseram ritmo mais lento na venda de ações desse quarteto de empresas.

No caso da Petrobras, por exemplo, havia [interferência do STF](#) (Supremo Tribunal Federal) na venda da TAG, transportadora de gás da estatal. O negócio já foi liberado. A venda de ações da Vale vinha bem, até que ocorreu o [rompimento da barragem em Brumadinho](#) (MG), e o preço despencou, inviabilizando uma negociação racional por ora.

A equipe econômica reclama ainda de uma suposta resistência de Levy em devolver recursos do BNDES ao Tesouro no ritmo desejado pelo ministro da Economia. Guedes já disse que espera receber R\$ 126 bilhões do BNDES neste ano, mas Levy não se comprometia com a cifra. Os recursos são tratados como necessários para ajudar no ajuste fiscal do governo.

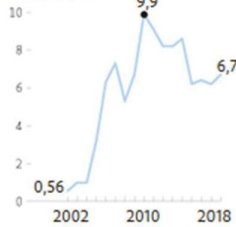
Fontes próximas a essa negociação contam, na condição de anonimato, que Levy de fato não estava totalmente de acordo em enviar neste ano o montante solicitado, mas discutia um cronograma dos repasses. É forte no BNDES a leitura de que alguns integrantes da equipe econômica estavam desgostosos com a velocidade das mudanças e decidiram interferir de forma mais direta.

O desejo de parte da equipe é que elas fossem aceleradas. Entre os mais queixosos, contam, está Mattar. Internamente no banco a percepção é que sua interferência teria sido decisiva para colocar Bolsonaro contra Levy. Integrantes do governo ainda não estão certos de que Mattar, apesar de cotado, tenha perfil para substituir Levy. Procurado pela **Folha**, Mattar não respondeu.

Raio-X do BNDES

Lucro líquido

Em R\$ bilhões



R\$ 2,1 bi

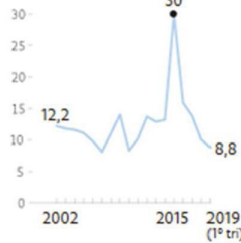
1º tri.2018



1º tri.2019

Alavancagem

Em R\$ milhões



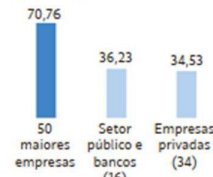
Fontes de recursos

No 1º tri.2019, em %



Operações de crédito com os 50 maiores tomadores, em 31.mar.19

Em R\$ bilhões

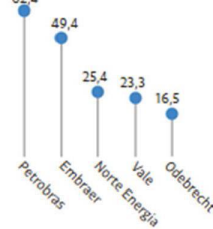


R\$ 190,07 bi

era o montante de recursos do Tesouro que o BNDES tinha no seu ativo em 31.mar.19, aplicados em 365,1 mil empresas ou instituições

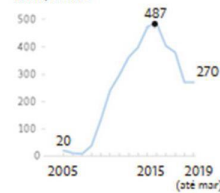
Maiores tomadores de recursos, desde 2004

Em R\$ bilhões



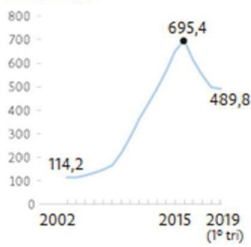
Dívida do BNDES com o Tesouro Nacional

Em R\$ bilhões



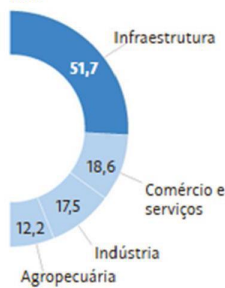
Carteira de crédito líquida

Em R\$ bilhões



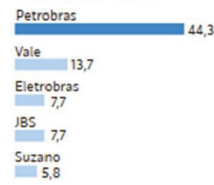
Composição da carteira de crédito, por setor, no 1º tri.2019

Em %



Maiores participações de empresas abertas na composição da carteira de investimentos

Posição em 31.mar.19, em %



Principais destinos do financiamento à exportação de serviços de engenharia, de 1998 a dezembro de 2019

Em bilhões de dólares



Fonte: BNDES

FOLHA DE S.PAULO

Setor produtivo critica e mercado financeiro minimiza queda de Levy

Empresários elogiam gestão de economista à frente do BNDES de Bolsonaro e veem com preocupação eventual interferência política

Ivan Martínez Vargas e Anaís Fernandes

SÃO PAULO O pedido de demissão de Joaquim Levy da presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) neste domingo (16) foi visto com preocupação pela iniciativa privada. Há expectativa em relação ao sucessor e temor por interferência política.

Para José Roriz Coelho, ex-presidente da Fiesp (federação das indústrias de São Paulo) e presidente da Abiplast (associação da indústria plástica), Levy era um dos melhores quadros do governo.

"É um excelente nome, foi corajoso ao levantar questões importantes como a redução do tamanho do estado quando ministro do governo Dilma [Rousseff]. É muito ruim perder um nome como ele em um momento como este, em que o Brasil precisa de reformas."

Sobre a crítica de Jair Bolsonaro à nomeação de Marcos Barbosa Pinto, que trabalhou no governo Luiz Inácio Lula da Silva, para uma diretoria do BNDES, Roriz diz não ver problema na indicação.

"O Brasil precisa de pessoas competentes independentemente de ter passado por governo de esquerda ou direita. Agora devemos ter o mínimo de mexida possível [na equipe econômica] e priorizar a entrega do que foi anunciado."

A mudança de perfil do banco, que sofreu cortes no orçamento, vinha sendo bem conduzida pelo ex-ministro da Fazenda. "O banco fazia grandes empréstimos mal alocados e agora foca a pequena e média empresa. Seria importante que isso permanecesse", diz.

A queda de Levy é uma crise mais política que econômica, segundo Fernando Figueiredo, da Abiquim (associação da indústria química).

"O banco está em um momento em que as linhas de crédito não são as mais vantajosas para financiar investimentos empresariais, dedica-se mais a projetos de infraestrutura. Esse perfil é criticado pelo setor [químico], mas não acredito em mudança na linha de atuação", afirma.

Apesar de elogiar Levy, ele diz que a saída do economista

“O Brasil precisa de pessoas competentes independentemente de terem passado por governos de esquerda ou de direita, de gente que nos ajude a sair dessa situação [de crise]. Levy seria importante no governo em um momento como este

José Roriz Coelho ex-presidente da Fiesp e presidente da Abiplast

do BNDES não deve ter grande impacto no mercado, desde que a agenda econômica do governo se mantenha.

"É uma pena sua saída, Levy é um nome suprapartidário e tem um nível de qualidade técnica de excelência", diz Sérgio Mena Barreto, presidente da Abrafarma (associação de grandes redes de farmácia).

Para ele, Levy teve pouco tempo para mostrar resultados concretos no banco, e sua saída tende a ser mais política.

"Não adiantaria ele ficar em uma posição desgastada [com Bolsonaro] porque prejudicaria o governo e a imagem do Brasil junto ao mercado."

Mena Barreto diz acreditar na nomeação de alguém alinhado com o discurso de Guedes e Bolsonaro.

"Seria interessante ter alguém do setor privado", afirma, sobre a possibilidade de Salim Mattar, fundador da Localiza e atual secretário de Desestatização, assumir o cargo.

"A saída é um mau sinal para o mercado do ponto de vista de governança porque o presidente atronou o ministro Guedes", afirma Sandro Cabral, professor de políticas públicas no Insper.

A eventual reticência de Levy em cumprir as devoluções de recursos ao Tesouro pelo BNDES pode ter sido um dos fatores de desgaste.

"Guedes prometeu coisas sem exibir cálculos, metas que parecem inexequíveis. A receita que ele esperava do banco [R\$ 126 bilhões] certamente ajuda [a desgastar a relação]."

"O governo precisa de um nome com perfil similar ao de Levy, com conhecimento da máquina pública, mas será difícil encontrar quem aceite dado esse histórico", diz.

No mercado, a chancela que Guedes deu às críticas de Bolsonaro a Levy deve manter sob tranquilidade as operações desta segunda-feira (17), dizem economistas.

Eles consideram, porém, ruim a forma como a situação se desenrolou e avaliam negativamente a saída de Levy do banco público de fomento.

"O fato é ruim porque é mais um problema que vai se acumulando, mas acho que deve ficar um pouco em segundo plano diante de notícias en-

volvendo a Previdência e também o cenário externo", diz Solange Srour, economista-chefe da ARX Investimentos.

No sábado (15), após as declarações de Bolsonaro contra Levy, Guedes disse em entrevista a Gerson Camarotti, do G1, que entende "a angústia do presidente".

"É Bolsonaro sendo Bolsonaro. Considerando isso e que ele agiu sobre um ator que não estava com muita repercussão nem com seu chefe, acho que não terá muito ruído [no mercado] amanhã [segunda-feira]", diz João Mauricio Rosal, economista-chefe da Guide Investimentos.

Segundo Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, a perspectiva de operadores financeiros ao olhar para episódios como esse é entender o que a situação demonstra a respeito da equipe econômica — e, principalmente, sobre a permanência de Guedes.

"O primeiro sinal foi estranho. Mas seria ruim se fosse um evento isolado do presidente, porque o mercado poderia entender como um desmantelamento da equipe econômica", afirma Vieira.

Rosal diz que, após o BNDES ter sido "um das pernas do desenvolvimentismo de governo do PT", o banco sofre uma "crise de identidade". Mas, na sua avaliação, Levy tentou dar os primeiros passos para trazer a instituição "de volta a seu espírito anterior", de financiamento a empresas menores.

"Um banco de fomento tem de ter carteira pulverizada. Levy, quando assumiu, disse que faria, mas não se reduziu e pulveriza uma carteira em três, seis meses. É coisa de ao menos um ano", diz o economista João Augusto Salles, especialista em análise de bancos.

O mercado está de olho agora em quem substituirá Levy. "Vamos procurar entender como as peças vão se mexer, quem virá no lugar e quem vai ser fortalecido", diz Rosal.

André Perfeito, economista-chefe da Necton, destaca que a saída de Levy é a primeira baixa na equipe econômica. "Até agora, a gente imaginava que a economia estava virada", diz. Para ele, o nome indicado "tem de ser alguém com algum peso político".

Executivo deu início a encolhimento do banco e foi alvo de críticas de funcionários

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Joaquim Levy deu início à reestruturação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) desde que assumiu a instituição, em janeiro.

Contra o que chamam de "antipatriótica desconstrução", funcionários do banco irão realizar uma manifestação na quarta-feira (19). São esperados ao menos cinco ex-presidentes da instituição.

Na terça (11), o banco havia anunciado a aprovação da reformulação de áreas-chave.

Levy, então presidente da instituição, esperava facilitar a atuação do banco em áreas de infraestrutura de governos federal, estaduais e municipais e proporcionar mais agilidade ao financiar pequenas e médias empresas.

A reformulação almejava a venda de ativos.

Em comunicado, Levy também informou a criação de uma nova diretoria para buscar simplificar processos na gestão da carteira de participação do sistema BNDES.

A área ainda seria responsável por fomentar o mercado de capitais no país.

Marcos Barbosa Pinto, contra quem o presidente Jair Bolsonaro fez críticas no sábado (15), ocuparia a partir desta segunda-feira (17) a Diretoria de Mercado de Capitais. Sua posse foi na quarta (12). Ele pediu demissão.

O departamento industrial do banco também foi afetado e passou a ser dividido em duas áreas. Já o de comércio exterior foi reduzido.

O ato de quarta já estava marcado desde quinta (13) pela associação de funcionários (AFBNDES), em repúdio à proposta de acabar com repasses do PIS/Pasep para o BNDES.

A medida está no relatório da reforma da Previdência apresentado à comissão especial da Câmara.

Segundo o economista Arthur Koblitz, vice-presidente da associação, o que mais preocupa a entidade são os dois fatores que teriam levado à demissão de Levy.

Um deles foi a não abertura da chamada "caixa-preta" do banco, com investigações de supostas propinas pagas a funcionários para que se concedesse empréstimos a empreiteiras no governo do PT.

O segundo é a resistência de Levy em devolver o dinheiro injetado pela União no BNDES no passado.

"Nunca lutamos para o Levy cair ou ficar, mas na nossa visão ele agiu corretamente nesses dois casos, ao não endossar o discurso da caixa-preta e ao não devolver os recursos", afirmou Koblitz.

Levy pede para sair

Das Agências

REPORTAGEM
educacao@correio24horas.com.br

Presidente do BNDES entregou carta ao ministro da economia

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, entregou seu pedido de desligamento do cargo, ontem, ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Levy foi criticado pelo presidente Jair Bolsonaro, antontem, em função da nomeação do advogado Marcos Barbosa Pinto para o cargo de diretor de Mercado de Capitais do banco de fomento.

"Levy nomeou Marcos Pinto para função no BNDES. Já estou por aqui com o Levy", disse o presidente. "Falei para ele: Levy, demite esse cara na segunda ou eu demito você sem passar pelo Guedes", afirmou o presidente. "Levy está com a cabeça a prêmio há algum tempo", continuou Jair Bolsonaro.

Marcos Barbosa Pinto trabalhou como assessor do BNDES durante o governo PT, de 2005 a 2007, o que irritou Bolsonaro. No entanto, o próprio Levy foi ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. Barbosa Pinto pediu demissão no sábado.

Em nota, Levy declarou que sua expectativa era que o ministro da Economia aceitasse sua demissão. No comunicado, desejou a Guedes "sucesso nas reformas", agradeceu aos diretores e funcionários do BNDES.

GESTÃO TUMULTUADA

Os seis meses de gestão de Joaquim Levy à frente do BN-



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Gestão de Joaquim Levy foi marcada por atritos com Guedes e funcionários

● **Agradeço ao ministro o convite para servir ao país e desejo sucesso nas reformas. Agradeço também, por oportuno, a lealdade, dedicação e determinação da minha diretoria Joaquim Levy**

Trecho da breve carta de demissão em que Joaquim Levy agradece a Paulo Guedes a indicação para o cargo. Com o pedido de demissão dele, o governo Bolsonaro já teve 13 baixas, sendo três ministros, nove presidentes de estatais ou autarquias do governo e o presidente do BNDES.

DES foram marcados por atritos tanto com o governo federal quanto com os funcionários da instituição de fomento. Desde que Levy foi indicado para o cargo, em novembro do ano passado, ainda na transição de governo, estava sinalizado que sua missão seria reduzir ainda mais o tamanho do banco.

O principal atrito com o governo ocorreu com a equipe econômica. A tensão veio à tona no início de março,

quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que o BNDES teria que devolver R\$ 126 bilhões dos recursos tomados com o Tesouro Nacional e disse, sobre Levy: "Não sei se ele quer, mas vai ter de devolver".

Com a declaração, Guedes trazia a público o imbróglio que já vinha de antes, sempre em torno da questão das devoluções do BNDES ao Tesouro. De 2008 a 2014, o BNDES recebeu R\$ 416 bilhões em

BAIXAS NO GOVERNO:

- **Gustavo Bebianno, Secretário-Geral da Presidência, em 18 de fevereiro**
- **Ricardo Veléz, ministro da Educação, em 8 de abril**
- **General Carlos Alberto Santos Cruz, Secretário de Governo, em 13 de junho**
- **General Juarez de Paula Cunha, Superintendente dos Correios, em 14 de junho**

aportes do Tesouro Nacional. Inicialmente, os aportes foram parte da ação "contracíclica" do governo Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentar a crise internacional de 2008, mas acabaram como estratégia do governo Dilma Rousseff para turbinar o crescimento econômico. A medida sempre esteve entre as mais criticadas do governo PT, especialmente por economistas de perfil mais liberal.

FINANCIAL TIMES

O pedido de demissão de Joaquim Levy repercutiu mundialmente. O jornal britânico Financial Times, em reportagem publicada ontem, disse que o desligamento dele "pode incomodar investidores que temem um retorno da intervenção do Estado na economia". O jornal afirma ainda que a saída de Levy é mais um sinal de que "ideólogos do governo levam vantagem nas principais decisões".

Ontem, também, funcionários do BNDES afirmaram que vão promover um ato contra o que classificam de "antipatriótica desconstrução" do banco. A manifestação está marcada para a quarta-feira, 19, véspera do aniversário de 67 anos da instituição de fomento.

MINISTRO CONVERSOU SOBRE DEMISSÃO

Arrependimento O ministro da Economia, Paulo Guedes, conversou, ontem, com Joaquim Levy sobre o pedido de demissão do executivo do BNDES. A conversa entre Levy e Guedes ocorreu no início da manhã, foi cordial e "houve muita concordância", segundo uma fonte ligada ao ministério. Problemas entre Levy e Guedes, no entanto, começaram desde março, poucos meses depois da nomeação do executivo para o BNDES. Guedes, que chegou a defender a indicação de Levy para o cargo junto ao presidente Jair Bolsonaro, se mostrava arrepen-

dido da escolha e fazia planos para transferi-lo para um posto do Brasil fora do país assim que tivesse oportunidade. A insatisfação de Guedes era grande, principalmente, com a resistência do presidente do BNDES em não devolver antecipadamente os empréstimos do Tesouro. A insatisfação do ministro ocorria também com o ritmo de venda dos ativos do banco. Levy alegava que o banco precisaria de recursos com a retomada da demanda e dizia que não podia sair vendendo suas participações a qualquer preço, desagradando Guedes.

Demissão não deve impactar reforma

A saída de Joaquim Levy da presidência do BNDES não deve ter impacto sobre a reforma da Previdência, opina o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria Integrada. No entanto, mesmo com a eventual aprovação da reforma previdenciária, dificilmente haverá retomada considerável da confiança. Isso porque, avalia o especialista, esse tipo de acontecimento tende a atrapalhar a perspectiva de avanço de uma agenda liberal mais ampla de longo prazo.

"O efeito da saída é menos importante na agenda da reforma da Previdência e mui-

to mais nos sinais da política econômica como um todo. O destino da reforma está mais associado e dependente do Legislativo e menos em relação ao papel do presidente da República", diz, acrescentando que pesa muito mais sobre o desenrolar da reforma as críticas feitas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, após a apresentação da proposta na Câmara na semana passada. No entanto, pondera Cortez, cada vez que há uma crise deste tipo, reforça a ideia de que dificilmente o governo conseguirá ter um desempenho minimamente estável em relação à sua po-

pularidade. "Fica ainda mais ambiciosa a capacidade do governo em recuperar capital político e de melhorar sua imagem", diz.

Como não se trata da primeira baixa no governo, a avaliação de Cortez é de que uma agenda mais liberal no longo prazo pode ficar comprometida. Segundo o analista, os sinais de aprovação da reforma previdenciária seguem firmes, bem como o prazo de quando isso poderá ocorrer e, além disso, "trata-se de um projeto cujo texto é bom". Porém, mesmo com a aprovação, ressalta, o crescimento econômico do país será fraco.

Veículo: Bahia Já	
Data: 03/06/2019	Coluna: Economia
Assunto:	Página:



AMEAÇADO POR BOLSONARO, JOAQUIM LEVY PEDE DEMISSÃO DO BNDES

Bolsonaro está se revelando um criador de problemas

Da Redação , Salvador | 16/06/2019 às 09:30



Joaquim levy

Foto:

Mais crise criada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, entregou seu pedido de desligamento do cargo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, conforme informou em nota distribuída à imprensa na manhã deste domingo, 16.

Levy foi alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro neste sábado, 15, em função da nomeação do advogado Marcos Barbosa Pinto para o cargo de diretor de Mercado de Capitais do banco de fomento.

Barbosa Pinto trabalhou como assessor do BNDES durante o governo PT, de 2005 a 2007, o que irritou Bolsonaro. No entanto, o próprio Levy foi ministro da Fazenda de Dilma Rousseff.

"Mensagem do presidente do BNDES

Solicitei ao ministro da Economia Paulo Guedes meu desligamento do BNDES. Minha expectativa é que ele aceda.

Agradeço ao ministro o convite para servir ao País e desejo sucesso nas reformas.

Agradeço também, por oportuno, a lealdade, dedicação e determinação da minha diretoria. E, especialmente, agradeço aos inúmeros funcionários do BNDES, que têm colaborado com energia e seriedade para transformar o banco, possibilitando que ele responda plenamente aos novos desafios do financiamento do desenvolvimento, atendendo às muitas necessidades da nossa população e confirmando sua vocação e longa tradição de excelência e responsabilidade.



ANÁLISE: Demissão de Levy mostra que governo não consegue reduzir percepção de risco

"Sinais tortos" do Executivo inibem efeito positivo que se espera com encaminhamento da reforma da Previdência

Rafael Cortez*, O Estado de S.Paulo

16 de junho de 2019 | 15h58

Ex-presidente do BNDES, Joaquim Levy. Foto: Felipe Rau|Estadão

Há dois pontos a destacar após o **pedido de demissão** do presidente do BNDES, **Joaquim Levy**. O primeiro é a forma que a mudança ocorreu. A troca veio como resultado de uma exposição por parte do presidente **Jair Bolsonaro** de um nome importante na condução da política econômica. Não foi a primeira vez que ele expôs nomes próximos ao Planalto, seja no âmbito político ou no âmbito da condução da política econômica.

O segundo ponto tem a ver com a motivação dessa decisão. Parece haver no bolsonarismo uma tentativa de dar ao **BNDES** um caráter político, além da importância na gestão da política econômica. A passagem de Levy por governos do **PT** foi o suficiente para gerar um descontentamento com o presidente, mesmo que ele tivesse credenciais muito associadas à política econômica sinalizada pelo governo. O caráter político imposto ao BNDES é utilizado como uma forma de marcar diferenças em relação ao petismo, a partir das críticas que foram sendo desenhadas ao papel do banco nos governos anteriores. Essa dimensão se materializou de forma significativa na eleição de 2018.

O episódio da demissão é mais um ruído nos sinais emitidos pelo governo, que se soma a outras ocasiões, como a reação do ministro da Economia, **Paulo Guedes**, ao relatório da **reforma da Previdência** aprovado na comissão temática da **Câmara**

dos Deputados. O texto foi objeto de duras críticas por parte de Guedes, apesar do valor proposto de economia ser bastante significativo.

Esses “sinais tortos” acabam reforçando o grau de incerteza de percepção de risco em relação à condução da política econômica do governo. Isso inibe o efeito positivo que se espera com o encaminhamento de uma reforma da Previdência bastante relevante em termos de impacto das contas públicas. O ano de 2019 deve se encerrar com o crescimento econômico esperado para o cenário pessimista. Esse aparente paradoxo tem a ver com a ideia de que o governo é uma “usina de crises”, para usar uma expressão do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia.**

Novamente, o efeito disso é que a credibilidade da política econômica vai ficar cada vez mais associada a Paulo Guedes. No plano político, a percepção é que o governo é fraco e que o destino da reforma da Previdência depende cada vez mais da dinâmica do interior do Legislativo. De todo modo, o início do governo Bolsonaro é uma administração que não consegue reduzir a percepção de risco, mesmo com o encaminhamento da reforma da Previdência.

Tribuna

Levy deixa o BNDES após pressão de Bolsonaro e perder apoio de Guedes

O GLOBO

Após o presidente Jair Bolsonaro ter declarado que Joaquim Levy estava com "a cabeça a prêmio", o economista decidiu pedir demissão da presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ontem (16). A saída de Levy, a primeira baixa na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, acontece um dia após críticas públicas de Bolsonaro ao economista. O mandatário não gostou da indicação de Marcos Barbosa Pinto para a diretoria de

Mercado de Capitais do BNDES. Isso porque Barbosa Pinto foi assessor do banco no governo do PT. Levy também atuou em gestão petista, como ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, mas Bolsonaro disse em outra ocasião que deu um voto de confiança a pedido de Guedes porque não havia nada que o desabonasse.

No sábado (16), em Brasília, Bolsonaro declarou a jornalistas: "Eu já estou por aqui com o [Joaquim] Levy. Falei pra ele demitir esse cara [Marcos Barbosa Pinto] na segunda-feira ou eu demito você, sem passar pelo Paulo Guedes". Após as críticas do presidente,

Guedes disse entender a "angústia" de Bolsonaro e aproveitou para demonstrar também sua insatisfação com o trabalho de Levy. "O grande problema é que Levy não resolveu o passado nem encaminhou solução para o futuro", afirmou o ministro em entrevista a Gerson Camarotti, do G1.

Um dos motivos da insatisfação com o trabalho dele teria sido a resistência do presidente do BNDES em devolver o dinheiro injetado no banco. O ministro da Economia havia afirmado que esperava receber R\$ 126 bilhões neste ano, uma quantia importante para ajudar no ajuste fiscal e na política eco-



JOAQUIM LEVY estava com "a cabeça a prêmio" desde sábado. O economista decidiu pedir demissão da presidência do BNDES ontem

nômica do governo, mas Levy não teria se comprometido com isso. A importância do BNDES no fomento da atividade econômica no Brasil é grande: o banco responde por cerca de metade do volume total de financiamentos para pessoas jurídicas com prazo de pagamento acima de cinco anos.

O outro ponto de discordância com Levy passa pela promessa de campanha

de Bolsonaro de "abrir a caixa-preta do BNDES" logo no início do governo, e "revelar ao povo brasileiro o que feito com seu dinheiro nos últimos anos". Em novembro, Bolsonaro declarou ao site O Antagonista: "a caixa-preta vai ser aberta na primeira semana. Não tenha dúvida disso. Se não abrir a caixa-preta, ele (Levy) está fora, pô. Alguns falam que não tem caixa preta... Eu quero a suspensão de

todos os sigilos, sem exceção". Na entrevista a jornalistas no sábado (16), após ameaçar demitir Levy, Bolsonaro completou: "Governo tem que ser assim, quando bota gente suspeita em cargos importantes. E essa pessoa, como o Levy, vem há algum tempo não sendo leal àquilo que foi combinado e àquilo que conhece a meu respeito. Ele está com a cabeça a prêmio já tem algum tempo".

Governo cogita transferir para banco gestão de privatizações federais

O ESTADO DE S. PAULO

Com a saída de Joaquim Levy da presidência do BNDES após ser duramente criticado pelo presidente Jair Bolsonaro, o governo cogita mudanças para o banco. Uma das hipóteses é que a instituição seja assumida pelo secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, e, com ele, seja transferida para o BNDES parte das atribuições da secretaria. Segundo fontes da equipe econômica, uma

das ideias aventadas é que o BNDES passe a ser o responsável por tocar as privatizações do governo.

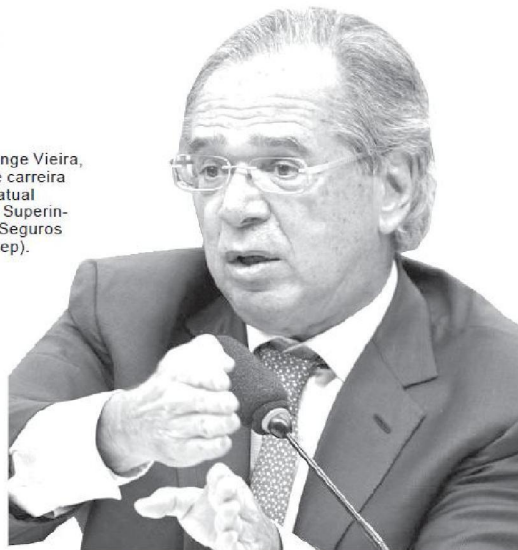
A avaliação é de que, com a redução do tamanho do banco na concessão de crédito, o órgão perdeu a relevância que tinha em governos anteriores para o fomento da economia e poder, assim, assumir também outras funções, como a de gerir privatizações.

A dificuldade, porém, é que a mudança dependeria de alterações legais, que teriam que passar pelo Congresso em um momento de

desgaste entre Executivo e Legislativo. O BNDES já tem papel auxiliar em privatizações do governo e foi, por exemplo, responsável por estruturar projetos de desestatização das distribuidoras do sistema Eletrobrás. A discussão ainda é preliminar e o martelo não foi batido. Além de Mattar, são cotados para assumir o BNDES, como ontem noticiou o Estadão, Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central que assumiu a presidência do conselho do BNDES neste ano, Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do

banco, e Solange Vieira, funcionária de carreira do BNDES e atual presidente da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

DE ACORDO com Paulo Guedes, o país terá que modificar novamente a legislação em cinco ou seis anos



Passagem foi marcada por atritos com governo e funcionários

O ESTADO DE S. PAULO

Os seis meses de gestão de Joaquim Levy à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram marcados por atritos tanto com o governo federal quanto com os funcionários da instituição de fomento. Desde que Levy foi indicado para o cargo, em novembro do ano passado, ainda na transição de governo, estava sinalizado que sua missão seria reduzir ainda mais o tamanho do banco. Diante da pressão nos dois lados, o banco ficou em compasso de espe-

ra, sinalizando que daria prioridade para infraestrutura, mas com o anúncio de poucas medidas concretas.

Embora o presidente Jair Bolsonaro tenha elevado o tom no sábado, declarando que já estava "por aqui" com Levy e ameaçando o presidente do BNDES com a demissão, o principal atrito com o governo era mesmo com a equipe econômica. A tensão veio à tona no início de março, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou explicitamente, em entrevista ao Estadão, que o BNDES teria que devolver R\$ 126 bilhões dos recursos tomados com

o Tesouro Nacional e disse, sobre Levy: "Não sei se ele quer, mas vai ter de devolver".

Com a declaração, Guedes trazia a público o atrito que já vinha de antes, sempre em torno da questão das devoluções do BNDES ao Tesouro. De 2008 a 2014, o BNDES recebeu R\$ 416 bilhões em aportes do Tesouro Nacional. Inicialmente, os aportes foram parte da ação "contracíclica" do governo Lula para enfrentar a crise internacional de 2008, mas acabaram como estratégia do governo Dilma Rousseff para turbinar o crescimento

econômico. A medida sempre esteve entre as mais criticadas, especialmente por economistas de perfil mais liberal, no cardápio da política econômica dos governos do PT.

Tanto que, quando o próprio Levy assumiu como ministro da Fazenda, no segundo governo Dilma, determinou uma freada na instituição de fomento. O último aporte, autorizado no fim de 2014, ainda na gestão de Guido Mantega no ministério, seria devolvida ainda em 2015. Com a chegada de Temer ao Planalto, em maio de 2016, as devoluções seriam aceleradas.



DIANTE DA PRESSÃO nos dois lados, o banco ficou em compasso de espera, com o anúncio de poucas medidas concretas nos últimos seis meses

O FUTURO DA APOSENTADORIA

Um mapa para entender como se aposentar pelas regras da reforma

Relator criou modelo de transição adicional e, ao todo, serão quatro opções no INSS. Calculadora do GLOBO inclui mudança

A reforma do presidente Jair Bolsonaro previa três opções de transição para quem já trabalha no setor privado e contribui para a Previdência. O parecer apresentado na quinta-feira pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma na Comissão Especial da Câmara, acrescentou uma nova regra. São, ao todo, quatro opções na proposta.

Assim, quem já trabalha e paga o INSS nem sempre precisará cumprir todas as regras que a reforma instituiu para jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho: idade mínima de 65 anos (homem) ou 62 (mulher) e contribuição por pelo menos 35 anos (ho-

mem) ou 30 (mulher).

Entre as quatro regras de transição, um modelo que é mais vantajoso para uma pessoa nem sempre será o melhor para outro trabalhador da mesma idade e gênero. Vai depender do tempo de contribuição de cada um e, ainda, do valor de aposentadoria que espera receber. Dependendo da transição escolhida, o benefício pode vir antes, mas menor.

Em três das quatro regras de transição, será preciso contribuir por 40 anos para ter a aposentadoria integral (limitada ao teto do INSS, hoje em R\$ 5.839,45). Cada ano a menos de contribuição representará um corte de 2%

no valor do benefício. Para quem ganha pelo piso, isso não faz diferença: a reforma mantém o pagamento de pelo menos um salário mínimo.

Cada caso é um caso e será preciso entender todas as regras para saber qual é a mais vantajosa para o seu perfil. As simulações a seguir mostram os quatro cenários possíveis para um perfil de trabalhador e de trabalhadora.

Para simular casos específicos, a calculadora da Previdência do GLOBO, que já contemplava a proposta do governo, foi atualizada para incluir a nova regra criada pelo relator da reforma, que abrange também os servidores públicos.

HOMENS

Regras de transição

Em dois dos modelos de transição (por tempo de contribuição e no sistema de pontos), as regras de corte que permitem a aposentadoria (respectivamente, idade mínima e pontuação mínima) mudam a cada ano, se tornando gradativamente mais rigorosas. Assim, o trabalhador que está mais perto de se aposentar tem uma transição mais suave. O valor do benefício sofre um corte caso o trabalhador não contribua por pelo menos 40 anos.



Pedágios

Nos outros dois modelos, a lógica é a do pedágio.

É preciso saber quanto tempo falta para se aposentar, pelos parâmetros atuais, para descobrir quando será a aposentadoria pelas novas regras. Para quem está a dois anos de se aposentar, o pedágio é de 50%. Funciona assim: se falta um ano pelas regras atuais para pedir a aposentadoria, será preciso trabalhar um ano e meio (ou seja, 1 ano + 50% de pedágio). O benefício só é integral se houver 40 anos de contribuição. Para quem está a mais de dois de se aposentar pelas regras atuais, o relator criou uma nova regra, com pedágio de 100%, mas com garantia de receber o benefício integral mesmo sem ter cumprido 40 anos de contribuição.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

É preciso ter ao menos 35 anos de contribuição (homens) e 30 anos (mulheres). A idade mínima sobe gradativamente.

EXEMPLO

João tem hoje 57 anos e começou a trabalhar com carteira assinada aos 24 anos, contribuindo para o INSS sem interrupções desde então.

Tem hoje 33 anos de contribuição.



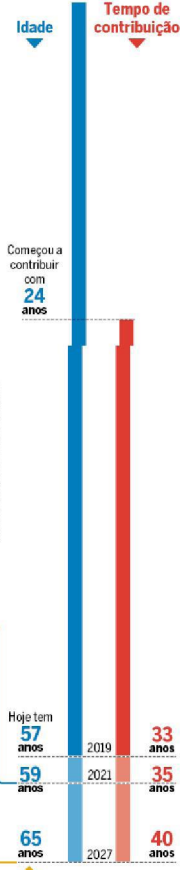
Idade Tempo de contribuição

Por esta regra de transição, ele precisará ter contribuído por pelo menos 35 anos. Daqui a 2 anos, em 2021, quando tiver o tempo de contribuição exigido, João terá 59 anos. E a idade mínima de aposentadoria exigida em 2021 será de 62 anos.

Seguindo esta tabela, João só vai conseguir se aposentar em 2027, quando completar 65 anos.

IDADE MÍNIMA PARA O HOMEM SE APOSENTAR

2019	61
2020	61,5
2021	62
2022	62,5
2023	63
2024	63,5
2025	64
2026	64,5
2027	65
2028	65
2029	65
2030	65
2031	65



SISTEMA DE PONTOS

Parece com o atual modelo 86/96. É preciso somar idade e tempo de contribuição. A pontuação exigida para se aposentar vai subindo a cada ano. Por isso, é preciso consultar na tabela dessa regra de transição quando a sua pontuação se encaixa com a exigência daquele ano.

EXEMPLO

Com 57 anos de idade e 33 anos de contribuição, João soma 90 pontos (57+33). Ainda não pode se aposentar, porque a tabela exige uma pontuação de 96 para homens em 2019.

A cada ano que passa, João vai adicionar 2 pontos (um pela idade, outro pelo tempo de contribuição) à sua pontuação. Em 2022, terá 96 pontos - mas a tabela, neste ano, exige 99 pontos.

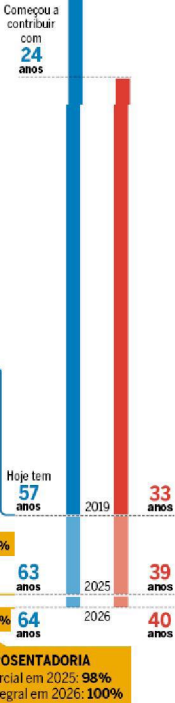
João só poderá se aposentar em 2025, quando terá 63 anos e somará 102 pontos, o mínimo exigido naquele ano. Porém, não terá o benefício integral. Receberá 98% do valor.*

PONTOS NECESSÁRIOS PARA O HOMEM SE APOSENTAR

2019	96
2020	97
2021	98
2022	99
2023	100
2024	101
2025	102
2026	103
2027	104
2028	105
2029	105
2030	105
2031	105
2032	105
2033	105



Idade Tempo de contribuição



Receberá o benefício integral, porque terá

APOSENTADORIA Parcial em 2025: 98% Integral em 2026: 100%

PEDÁGIO DE 50%

Esta regra só se aplica a quem está a 2 anos de se aposentar. E prevê pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar pelas regras atuais (ou seja, o tempo que falta para 35 anos de contribuição).

EXEMPLO

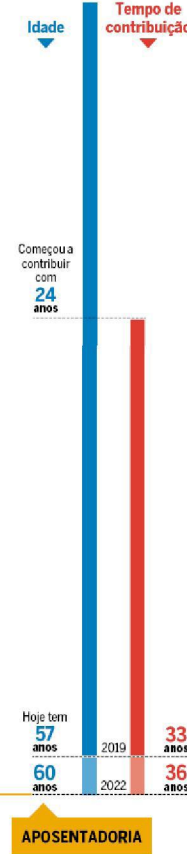
Como João tem 33 anos de contribuição, está a 2 anos de se aposentar.



Idade Tempo de contribuição

João poderá se aposentar daqui a 3 anos (2 anos + 50% de pedágio), em 2022, quando terá 60 anos.

$$2 \text{ anos de trabalho} + 50\% \text{ de pedágio} = 60 \text{ anos de idade}$$



PEDÁGIO DE 100%

Esta regra foi criada no parecer do relator Samuel Moreira (PSDB-SP). Ela prevê pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar pelas regras atuais (ou seja, o tempo que falta para 35 anos de contribuição). Desde que o trabalhador cumpra uma idade mínima de 60 anos na data da aposentadoria. A nova regra garante benefício integral (limitado ao teto do INSS).

EXEMPLO

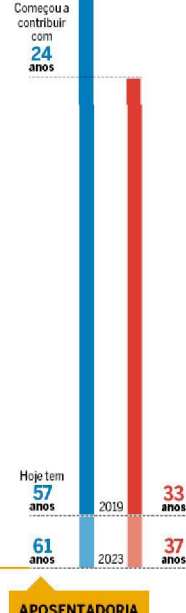
Como João tem 33 anos de contribuição, está a 2 anos de se aposentar.

Por esta regra, João terá de trabalhar mais tempo do que no pedágio de 50%. Porém, poderá se aposentar com um benefício maior. Precisar trabalhar por mais 4 anos (ou seja, 2 anos + 100%).

$$4 \text{ anos de trabalho} + 100\% \text{ de pedágio} = 61 \text{ anos de idade}$$



Idade Tempo de contribuição



EM NOSSO SITE

Aplicativo do GLOBO permite que o leitor calcule sua aposentadoria com as novas regras

1 Entre em bit.ly/2Xfmj5 e escolha entre setor público ou setor privado



2 Escolha o sexo e depois preencha os campos com a sua idade e o ano em que começou a trabalhar (as simulações consideram contribuições contínuas. Se ficou algum período sem contribuir, some este tempo ao ano em que começou a trabalhar)

Qual seu sexo?
 Homem Mulher
 Qual sua idade?
 Ex: 50

 Em que ano começou a trabalhar?
 Ex: 1986

 CALCULAR

3 A calculadora apresentará resultados nas quatro regras* de transição para a aposentadoria propostas no projeto modificado pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP):

VEJA QUANDO VOCÊ PODERIA SE APOSENTAR

4 Basta comparar os resultados para saber qual das regras é melhor para o seu caso

PELO SISTEMA DE PONTOS	POR IDADE E CONTRIBUIÇÃO	COM PEDÁGIO	NOVA REGRA
Pode se aposentar a partir de: 2032 Quanto tempo faltaria: 13 anos Percentual do benefício: 100%	Pode se aposentar a partir de: 2034 Quanto tempo faltaria: 15 anos Percentual do benefício: 100%	Pode se aposentar a partir de: 2022 Quanto tempo faltaria: 3 anos Percentual do benefício: 70%	Pode se aposentar a partir de: 2030 Quanto tempo faltaria: 12 anos Percentual do benefício: 100%

*Aposentadoria por idade A modalidade, que já existe hoje e é mais usada por trabalhadores informais, que não conseguem contribuir de forma contínua para o INSS, também terá regras de transição. Hoje, a aposentadoria por idade é aos 65 anos (homens) e 60 (mulheres), com 15 anos de contribuição. A reforma prevê que a idade da mulher vai subindo aos poucos, para 62 anos. E os homens terão de contribuir por 20 anos, com esse acréscimo também ocorrendo aos poucos. A calculadora do GLOBO inclui essa simulação

MULHERES

Regras de transição

Em dois dos modelos de transição (por tempo de contribuição e no sistema de pontos), as regras de corte que permitem a aposentadoria (respectivamente, idade mínima e pontuação mínima) mudam a cada ano, se tornando gradativamente mais rigorosas. Assim, o trabalhador que está mais perto de se aposentar tem uma transição mais suave. O valor do benefício sofre um corte caso o trabalhador não contribua por pelo menos 40 anos.



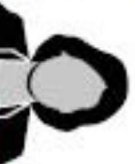
Pedágios

Nos outros dois modelos, a lógica é a do pedágio. É preciso saber quanto tempo falta para se aposentar, pelos parâmetros atuais, para descobrir quando será a aposentadoria pelas novas regras. Para quem está a dois anos de se aposentar, o pedágio é de 50%. Funciona assim: se falta um ano pelas regras atuais para pedir a aposentadoria, será preciso trabalhar um ano e meio (ou seja, 1 ano + 50% de pedágio). O benefício só é integral se houver 40 anos de contribuição. Para quem está a mais de dois de se aposentar pelas regras atuais, o relator criou uma nova regra, com pedágio de 100%, mas com garantia de receber o benefício integral mesmo sem ter cumprido 40 anos de contribuição

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

É preciso ter ao menos 30 anos de contribuição. Ainda restam sobre gradativamente.

EXEMPLO
Marta tem hoje 55 anos e começou a trabalhar com carteira assinada aos 24 anos, contribuindo para o INSS sem interrupções desde então.



Idade 55 anos
Tempo de contribuição 31 anos

Por esta regra de transição, ela precisaria ser

contribuído por pelo menos 30 anos. Desde a 2ª ano, em 2021, quando tiver o tempo de contribuição de contribuição de contribuição, Marta terá 54 anos, mas ainda restará exigida das mulheres, mas, da escala, de 57 anos. Registrado esta tabela:

ANO	54	55	56	57
2020	56,5	57	57,5	58
2021	57	57,5	58	58,5
2022	57,5	58	58,5	59
2023	58	58,5	59	59,5
2024	58,5	59	59,5	60
2025	59	59,5	60	60,5
2026	59,5	60	60,5	61
2027	60	60,5	61	61,5
2028	60,5	61	61,5	62
2029	61	61,5	62	
2030	61,5	62		

Se quiser ter o benefício integral (limitado ao teto do INSS), Marta precisará trabalhar por mais 4 anos, até 2031, e se aposentar aos 54 anos.

SISTEMA DE PONTOS

Prece com o atual médio 66,96. É preciso atingir idade e tempo de contribuição. A pontuação exigida para se aposentar vai subindo a cada ano. Por isso, é preciso consultar as tabelas de regras de transição quando a sua contribuição se encerra com a seguinte das tabelas.



Idade 55 anos
Tempo de contribuição 31 anos

EXEMPLO
Com 55 anos de contribuição, Marta tem 80 pontos (52+28). Ainda não pode se aposentar, porque a tabela exige uma pontuação de 86 para mulheres em 2020.

A cada ano que passar, Marta vai adicionar 2 pontos (em totalidade, isto pelo tempo de contribuição) a sua pontuação. Em 2022, terá 86 pontos - mas a tabela, neste ano, exigirá 89 pontos. Marta só poderá se aposentar em 2025, quando terá 58 anos e terá 92 pontos, exatamente o mínimo exigido naquela ano.

Pontos necessários para mulheres se aposentar

ANO	86	87	88	89	90	91	92
2020	86	87	87,5	88	88,5	89	89,5
2021	87	87,5	88	88,5	89	89,5	90
2022	87,5	88	88,5	89	89,5	90	90,5
2023	88	88,5	89	89,5	90	90,5	91
2024	88,5	89	89,5	90	90,5	91	91,5
2025	89	89,5	90	90,5	91	91,5	92
2026	89,5	90	90,5	91	91,5	92	92,5
2027	90	90,5	91	91,5	92	92,5	93
2028	90,5	91	91,5	92	92,5	93	93,5
2029	91	91,5	92	92,5	93	93,5	94
2030	91,5	92	92,5	93	93,5	94	94,5
2031	92	92,5	93	93,5	94	94,5	95
2032	92,5	93	93,5	94	94,5	95	95,5
2033	93	93,5	94	94,5	95	95,5	96
2034	93,5	94	94,5	95	95,5	96	96,5
2035	94	94,5	95	95,5	96	96,5	97
2036	94,5	95	95,5	96	96,5	97	97,5
2037	95	95,5	96	96,5	97	97,5	98
2038	95,5	96	96,5	97	97,5	98	98,5
2039	96	96,5	97	97,5	98	98,5	99
2040	96,5	97	97,5	98	98,5	99	99,5
2041	97	97,5	98	98,5	99	99,5	100

Se quiser ter o benefício integral (limitado ao teto do INSS), Marta precisará trabalhar por mais 6 anos, até 2031, e se aposentar aos 54 anos.

PROJEÇÃO DE 50%

Esta regra só se aplica a quem está a 2 anos de se aposentar. É prevê pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar pelas regras atuais (ou seja, o tempo que falta para 30 anos de contribuição).



Idade 55 anos
Tempo de contribuição 31 anos

EXEMPLO
Como Marta só tem 28 anos de contribuição, está a 2 anos de se aposentar.

Marta poderá se aposentar daqui a 2 anos (2 anos + 50% de pedágio), em 2022, quando terá 55 anos.

ANO	54	55	56	57
2020	56,5	57	57,5	58
2021	57	57,5	58	58,5
2022	57,5	58	58,5	59
2023	58	58,5	59	59,5
2024	58,5	59	59,5	60
2025	59	59,5	60	60,5
2026	59,5	60	60,5	61
2027	60	60,5	61	61,5
2028	60,5	61	61,5	62
2029	61	61,5	62	
2030	61,5	62		

Mas, neste caso, terá um corte gradual no valor do seu benefício e receberá apenas 80%. Nesta regra do pedágio, é aplicado a taxa previdenciária, que reduz o benefício para se aposentar na previsão.

PROJEÇÃO DE 100%

Esta regra foi criada no parecer do Relator Saneval Mendes (PSDB-SP). É prevê pedágio de 200% sobre o tempo de contribuição que falta para se aposentar pelas regras atuais (ou seja, o tempo que falta para 30 anos de contribuição).



Idade 55 anos
Tempo de contribuição 31 anos

EXEMPLO
Como Marta tem 28 anos de idade e 28 anos de contribuição, não é necessário ter o tempo de contribuição por mais 2 anos para se aposentar pelas regras atuais.

Se optar por esta regra de pedágio, terá que trabalhar por mais 4 anos (ou seja, 2 anos + 100%).

ANO	54	55	56	57
2020	56,5	57	57,5	58
2021	57	57,5	58	58,5
2022	57,5	58	58,5	59
2023	58	58,5	59	59,5
2024	58,5	59	59,5	60
2025	59	59,5	60	60,5
2026	59,5	60	60,5	61
2027	60	60,5	61	61,5
2028	60,5	61	61,5	62
2029	61	61,5	62	
2030	61,5	62		

Marta poderá se aposentar em 2024 aos 57 anos, em 2024. E receberá 100% do benefício.

17/06/2019 - 05:00

Relatório da reforma dobra tributação de bolsa de valores

Por Fabio Graner

O relatório da reforma da Previdência apresentado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) promove uma forte alta de carga tributária que atinge diretamente a B3, bolsa de valores e mercadorias de São Paulo. O texto apresentado na semana passada coloca em 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) também sobre bolsas de valores e de mercadorias e futuros. A legislação atual, definida pela lei 7689/1988, coloca essas entidades, como a B3, com alíquota de 9%.

Apesar de a proposta impor a mesma alíquota de bancos, a elevação de carga tributária para as bolsas é maior. As instituições financeiras passam de 15% para 20%, enquanto as bolsas mais que dobram esse tributo. Na última sessão, as ações da B3 caíram 5,3%.



Samuel Moreira: texto do relator da reforma é atacado por Guedes; ministro não digeriu retirada da capitalização

A empresa criticou a iniciativa do Congresso. "A B3 entende que a medida tributária proposta é contra o desenvolvimento deste mercado, agenda importante para a retomada do crescimento do país e promovida pelo atual governo com o apoio de diversas lideranças parlamentares e entidades da sociedade", disse a instituição ao **Valor** por meio de nota. "No caso das bolsas de valores e de mercadorias e futuros - que não se confundem com instituições financeiras, sendo prestadores de serviço de infraestrutura tecnológica de mercado - a proposta impõe um aumento efetivo de alíquota de CSLL de 9% para 20%, o que parece inconsistente com a mensagem de redução da carga de tributos corporativos em discussão no país".

A inclusão desse tópico na reforma é mais um foco de polêmica no espinhoso tema da reforma da Previdência. Procurado, o relator da matéria não retornou.

Em 2015 o governo tentou fazer o mesmo movimento de elevação da carga tributária para as bolsas, mas a proposta foi derrubada. Em relatório para clientes obtido pelo **Valor**, o Bradesco BBI estima que se o projeto for aprovado haverá um impacto negativo da ordem de 7% nos ganhos da B3 em 2020.

Apresentado por Moreira na comissão especial da Câmara na quinta-feira, o relatório foi objeto de reclamações, com um duro ataque do ministro da Economia, Paulo Guedes, na sexta-feira. Ele disse que o texto era uma vitória da "velha previdência" e das corporações. A fala do ministro irritou parlamentares, entre eles o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RS), que disse que Guedes estava sendo injusto com os parlamentares e que o governo era uma "usina de crises". A reação de Maia não surpreendeu o ministro, que entendeu que o presidente da Casa politicamente precisava defender o relatório.

No sábado, em rede social, Maia disse que hoje há 15 partidos comprometidos com a reforma da Previdência e que a capitalização, que ficou de fora do relatório, pode ser aprovada no próximo semestre. "O PDT, por exemplo, tem uma ótima proposta de capitalização, apresentada e debatida desde o período eleitoral", afirmou.

As declarações de Guedes na sexta-feira revelaram o que já se falava nos bastidores da Pasta: o ministro não digeriu a retirada do regime de capitalização da reforma e o alívio dado pelos congressistas nas regras para os servidores públicos. O **Valor** apurou que Guedes aceitou bem e até concordou com a retirada do BPC e das regras rurais, após entender melhor

seus impactos em regiões mais pobres, mas avaliou que a saída da capitalização, a retirada de Estados e municípios e a flexibilização para servidores foram erradas e que cabia a ele alertar para isso.

Já havia um temor nos bastidores do Ministério da Economia de se transformar um resultado que sob diversos aspectos poderia ser visto como bem sucedido em uma derrota. Esse receio era derivado da indignação que o ministro mostrava internamente ontem com a retirada da capitalização, apesar de esse ser um movimento que já era antecipado há semanas por grande parte dos integrantes do governo. No mercado, as declarações de Guedes já parecem pesar negativamente.

"O que o Guedes está fazendo?! Para que atrapalhar justo agora?", comentou a fonte. "O problema é soltar isso antes mesmo de votar na comissão. O calendário para aprovar antes do recesso já estava bem apertado, mas o mercado acreditava. Acho que isso não deve reverter a chance de aprovação, mas o temor é postergar para o segundo semestre", acrescentou.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17/06/2019	Caderno: Economia



Guedes quer ajustar relatório da reforma

Equipe do ministro vê ‘pegadinha’ em cálculo; relator Samuel Moreira diz que está aberto ao diálogo, mas que não vai abandonar seu relatório

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

17 de junho de 2019 | 04h00

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, vai buscar negociar ajustes no relatório da reforma da Previdência com o relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). O relator e o secretário Especial de Previdência, Rogerio Marinho, já conversaram informalmente neste fim de semana, depois das duras críticas ao parecer feitas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ao **Estado**, Samuel disse ontem que está aberto ao diálogo. “Meu relatório está sujeito a mudanças. Não é um decreto. Preciso proteger o relatório e não vou abandoná-lo. Mas vou para o diálogo novamente”, disse. Nesta segunda-feira, o relator se reúne com sua equipe para fazer um balanço.

Segundo apurou o **Estado**, Marinho se reuniu ontem com técnicos para uma análise dos pontos que poderão sofrer ajustes. A preocupação agora, de acordo com uma fonte, é evitar um desgaste maior.

Guedes passou a concordar com a retirada das mudanças do BPC, benefício pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, depois que percebeu a importância dessa assistência nas regiões mais pobres do País. Ele foi contra a exclusão das regras que abrangiam Estados e municípios – pois muitos estão quebrados e é “lá onde o povo vive” – e às mudanças nas regras para servidores, que possibilitam antecipar os privilégios de se aposentar com o último salário da carreira aos servidores mais antigos.

O que desagradou à equipe econômica e pegou os técnicos de surpresa foram outros pontos que, mesmo fora da mira dos partidos que compõem o Centrão (hoje os principais fiadores na negociação pela aprovação da reforma), foram alterados na versão do texto apresentada na última quinta-feira.

Embora a criação de um regime capitalizado, segundo o qual os novos trabalhadores contribuiriam para contas individuais e poupariam para suas aposentadorias futuras, fosse uma das principais bandeiras de Guedes, a sinalização de Maia de que a discussão poderia ficar para o segundo semestre já havia dado o tom do desfecho para esse ponto.

Mas o parecer inseriu uma “pegadinha” na regra de cálculo que pode comprometer boa parte – se não integralmente – da economia obtida com a reforma da Previdência, na visão da área econômica. O texto prevê a possibilidade de excluir da base de cálculo do benefício os salários que resultarem em prejuízo ao valor da aposentadoria. Na visão da área econômica, esse trecho abre um ralo sem precedentes para os recursos da Previdência.

A equipe de Moreira argumenta que essa mudança terá pouco impacto porque, ao excluir um ano de baixos salários da base de cálculo, o segurado também perderá o direito a contar com esse tempo para o cálculo do benefício. Por exemplo: se um segurado contribuiu por 40 anos mas quer que os 10 primeiros anos não contem para o cálculo do benefício porque teve nesse período salários mais baixos, ficaria com 80% da média da remunerações obtidas nos 30 anos. Ou seja: os 20% seriam descartados porque corresponderiam aos 10 primeiros anos.

Brechas. Na visão do governo, porém, a redação deixa brechas para uma interpretação mais ampla e, na prática, o beneficiário poderia levar 100% apenas das maiores remunerações. Essa seria uma regra mais danosa às contas públicas do que a forma de cálculo atual, que observa a média das 80% maiores remunerações obtidas ao longo da carreira.

O parecer também retirou o chamado “gatilho” que elevaria a idade mínima de aposentadoria no Brasil periodicamente, à medida que houvesse elevação da expectativa de sobrevida aos 65 anos. Na prática, esse mecanismo diminuiria a

necessidade de novas reformas no futuro. Na proposta do governo Temer, o então relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), manteve o instrumento.

O texto de Moreira também acabou com a previsão, na Constituição, de possibilidade de criação de uma alíquota extraordinária de contribuição previdenciária – que daria o respaldo necessário a governos que precisassem recorrer a esse expediente para reequilibrar as contas. Sem isso, governos estaduais que tentem implementar a medida (como já foi ensaiado pelo Estado do Rio) podem ser facilmente questionados no Supremo Tribunal Federal (STF).

Estados. Embora tenha retirado os Estados e municípios do alcance da mudança de regras para pedir aposentadoria (como idade mínima e transição), Moreira manteve a regra que eleva as alíquotas cobradas atualmente pelos governos regionais a 14%, a partir do momento da aprovação de uma lei local para isso. Por isso, a área econômica não esperava que a previsão da alíquota extraordinária fosse cair.

A área econômica também identificou mudanças na redação feitas pelo governo para tentar diminuir “zonas cinzentas” que usualmente levam à judicialização. O governo pretendia deixar claro qual é o critério para ter direito ao BPC, uma vez que hoje o critério de “miserabilidade” abre margem a interpretações e resulta num índice de quase 30% das concessões por meio da Justiça. Mas a definição mais objetiva desse critério foi retirada da proposta.

Tribuna

Área econômica avalia ofensiva a lobby de servidores

CLEUSA DUARTE
REPÓRTER

A equipe econômica do governo avalia uma ofensiva contra o que chama de "lobby de servidores" na

reforma da Previdência. O objetivo é reintroduzir na proposta itens retirados ou modificados pelo relator, Samuel Moreira (PSDB-SP), entre os quais, o trecho sobre a regra de transição. É o que mostra reportagem de Gerson Camarotti, G1.

O governo avalia que, se retomar a regra proposta, gerará de economia algo em torno de R\$ 100 bilhões para os cofres públicos, fazendo com que a reforma gere uma economia total de R\$ 960 bilhões.

O valor inicial previsto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, era de R\$ 1,2 trilhão, em dez anos.

Segundo relatos, quando foi informado sobre a mudança na regra de

transição, Paulo Guedes enviou uma mensagem ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Disse que teria de atacar a mudança. E recebeu uma resposta de Maia. O deputado disse que, se Guedes atacasse, iria defender o Congresso.

Na sexta (14), Guedes disse em uma entrevista que, se os deputados aprovarem o relatório de Samuel Moreira, irão "abortar a nova Previdência".

Em resposta, Maia disse que o governo se transformou em uma "usina de crises permanente" e que a Câmara irá aprovar a reforma da Previdência (relembre no vídeo abaixo).

Paulo Guedes critica parecer de relator da Reforma da Previdência

Conforme integrantes da equipe econômica, Paulo Guedes já havia aceitado recuar nos trechos que previam mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural.



GUEDES

Ministro tem falado em manobras que estão desfigurando a Reforma

Mas a retirada de estados e de municípios, além do "lobby de servidores", fizeram com que

Guedes considerasse isso negativo para a Previdência.

"Fizeram a reforma do

Temer, mas com a popularidade do Bolsonaro", resumiu ao blog um integrante do governo.

Tribuna

“Se forçar a barra, corre risco de não aprovar”, diz Bolsonaro



JAIR BOLSONARO afirmou ontem que confia na aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso

REUTERS

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que confia na aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso, e que considerará natural ceder para conseguir apoio ao texto, dizendo que se “forçar a barra” há um risco de não aprovar a proposta. “É natural ceder para aprovar o que é possível”, disse o presidente, em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, ao destacar que tem conversado sobre essa questão com o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Se forçar a barra, o risco é de não aprovar nada”, reforçou. Bolsonaro lembrou que o

parecer da reforma da Previdência, apresentado na véspera na comissão especial pelo deputado Samuel Moreira, retirou as mudanças feitas pelo governo no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural e a extensão das novas regras a Estados e municípios. Outro ponto excluído foi a previsão do regime de capitalização.

O presidente disse que há governadores que querem aprovar a reforma com a inclusão dos Estados, mas que não contam com o apoio das respectivas bancadas de deputados federais. Ainda assim, ele frisou que o interesse é a aprova-

ção das mudanças em regras previdenciárias que atingem a União. “Nosso foco é a União. Se puder resolver Estados e municípios, tudo bem”, disse, ao avaliar que a “bola está com o Legislativo” e que os Poderes são independentes.

O presidente afirmou que acredita na aprovação da reforma, mas preferiu não fazer prognósticos sobre o número de votos que o governo tem. Ele disse que não acredita em “contagem de votos” e os parlamentares também não — numa referência a pesquisas feitas no momento sobre o apoio ou não à proposta. Com as mudanças feitas pelo relator na proposta da Previdência, o

impacto fiscal previsto com a reforma em 10 anos ficou em 1,13 trilhão de reais, sendo 913,4 bilhões de reais em economia de despesas e 217 bilhões de reais com uma receita decorrente do fim da transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o BNDES. O objetivo do governo é do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é votar a reforma no plenário da Casa antes do recesso parlamentar, que tem início na segunda quinzena de julho. Bolsonaro afirmou ver com “naturalidade” a greve convocada por centrais sindicais para ontem contra a reforma da Previdência.

Paulo Guedes diz que recuo de deputados pode abortar a nova Previdência

CORREIO BRAZILIENSE

Após os parlamentares minimizarem o período de transição dos servidores do texto, além de retirarem os estados e municípios e o dispositivo que permitia a implementação da capitalização da reforma, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os deputados podem “abortar a nova Previdência”. No Rio de Janeiro, ele criticou as mudanças em entrevista a jornalistas e afirmou que, por causa disso, o país terá que modificar novamente a legislação em cinco ou seis anos.

Para ele, a Câmara tam-

bém sofreu pressões corporativas e o lobby dos servidores do Legislativo. “Eu acho que houve um recuo que pode abortar a nova Previdência. O recuo é que pelo menos pressões corporativas e de servidores do Legislativo forçaram o relator a abrir de R\$ 30 bilhões”, disse o ministro.

Guedes ressaltou ainda que o funcionalismo público já é favorecido pela legislação atual e que deveria ter regras de transição mais duras. O relator da proposta na Comissão Especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) apresentou nesta quinta-feira (13/6) o parecer com todas as alterações.

Para Guedes, algumas modificações já eram esperadas, mas ele considera que passou do ponto. “Eu esperava que cortassem o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Rural, daí ficava R\$ 1 trilhão (de economia num período de 10 anos)”, afirmou. “Eu alertei várias vezes, nós conseguimos lançar a nova Previdência, que é o compromisso com as futuras gerações. Mais ai, na verdade, cortaram R\$ 350 bilhões”, completou.

O ministro ressaltou em diversas ocasiões que poderia sair do cargo se a reforma não alcançasse R\$ 1 trilhão — valor necessário para lançar a capitalização,

segundo ele. Na interpretação dele, sem a quantia, o país não terá compromisso com as novas gerações. “Eu não vou criticar, eu estou esclarecendo e vou respeitar a decisão do Congresso. Agora, é importante que os deputados, que o relator, se aprovar a reforma dele, que são R\$ 860 bilhões, abortaram a nova Previdência”, apontou.

DE ACORDO com Paulo Guedes, o país terá que modificar novamente a legislação em cinco ou seis anos



Tribuna

BC deve aguardar votação da Previdência antes de reduzir juros

Mesmo pressionado para reduzir a taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central (BC) deve manter os juros no mesmo patamar, em 6,5% ao ano. Analistas defendem que, desde o último encontro, em maio, os fundamentos macroeconômicos de pouca demanda e investimentos já demonstram a necessidade de cortes. Nesta sexta-feira (14/6), o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) de abril reforçou o cenário desfavorável, com queda de 0,47% no resultado do mês. É o que mostra reportagem de Hamilton Ferrari, Correio Braziliense.

Apesar de considerar uma redução da Selic necessária, economistas consideram que uma queda na próxima quarta-feira (19/6) pode gerar ruídos no mercado, já que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem sinalizado que a intenção é aguardar mais a definição de cenários. A autoridade monetária quer esperar a evolução da reforma da Previdência na Câmara, tema essencial para impedir que a inflação suba drasticamente.

Para o economista do

Banco Daycoval Rafael Cardoso, no entanto, a baixa de maio e a expectativa de deflação em junho, além do fraco desempenho da economia, já abririam uma janela para a redução dos juros. "Os fundamentos já mostraram que, desde maio, o BC poderia ter cortado a Selic", destacou. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está em 4,66% no acumulado de 12 meses, mas os próximos resultados vão levar a taxa para níveis abaixo de 4%, de acordo com analistas.

A projeção do mercado é de que o indicador terminará o ano em 3,89%. Isso porque a falta de consumo e os níveis de atividade setoriais têm refletido no enfraquecimento da economia. No início do ano, os analistas acreditavam que o PIB cresceria 2,5% em 2019. Atualmente, as estimativas estão em 1%, com viés de baixa. O cenário externo tem sido mais favorável, com grandes chances, inclusive, de que os Estados Unidos reduzam os juros. Uma taxa mais alta no país leva a saída de recursos de nações emergentes, como o Brasil.



Mercado reduz projeção de crescimento do PIB de 2019 de 1% para 0,93%

O relatório Focus, com análises de economistas, mostra que projeção é de queda na taxa Selic ainda este ano para 5,75%

Fabrizio de Castro, O Estado de S. Paulo

17 de junho de 2019 | 09h33

BRASÍLIA - Na esteira dos dados mais recentes de atividade econômica, a expectativa de alta para o **Produto Interno Bruto (PIB)** em 2019 passou de 1,00% para 0,93%, conforme o **Relatório de Mercado Focus**, divulgado nesta segunda-feira, 17, pelo **Banco Central**. Há quatro semanas, a estimativa de crescimento era de 1,24%.

Para 2020, o mercado financeiro alterou a previsão de expansão do PIB de 2,23% para 2,20%. Quatro semanas atrás, estava em 2,50%.

Na última sexta-feira, o BC informou que seu Índice de Atividade (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, **cedeu 0,47% em abril ante março**. Em relação a abril do ano passado, houve queda de 0,62%.

A projeção do mercado financeiro para o Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro já é inferior ao crescimento verificado nos dois últimos anos da administração de Michel Temer - em 2017 e em 2018 a economia cresceu 1,1%.

A projeção do BC para o crescimento do PIB em 2019 é de 2,0%. Esse percentual deve ser atualizado no fim do mês, na divulgação do **Relatório Trimestral de Inflação (RTI)**.

No Focus desta segunda, a **projeção para a alta da produção industrial de 2019** foi de 0,47% para 0,65%. Há um mês, estava em 1,47%. No caso de 2020, a

estimativa de crescimento da produção industrial passou de 3,00% para 2,80%, ante 3,00% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a **dívida líquida do setor público** e o PIB para 2019 passou de 56,23% para 56,10%. Há um mês, estava em 56,10%. Para 2020, a expectativa foi de 58,60% para 58,43%, ante 58,30% de um mês atrás.

Previsão de Selic menor

À espera do encontro do **Comitê de Política Monetária (Copom)** do Banco Central, nesta semana, os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a **Selic** (a taxa básica de juros) no fim de 2019 e em 2020. A principal novidade é que, agora, eles projetam uma Selic este ano abaixo do piso histórico atual, de 6,50% ao ano.

Segundo o relatório Focus, a mediana das previsões para a Selic em 2019 foi de 6,50% para 5,75% ao ano. **Há um mês, estava em 6,50%.** Já a projeção para a Selic no fim de 2020 foi de 7,00% para 6,50% ao ano, ante 7,25% de quatro semanas atrás.

No caso de 2021, a projeção seguiu em 7,50%, ante 8,00% de um mês antes. A projeção para a Selic no fim de 2022 foi mantida em 7,50%, também igual ao visto um mês antes.

Em 8 de maio, o Copom anunciou a manutenção, pela nona vez consecutiva, da Selic em 6,50% ao ano. Ao mesmo tempo, indicou que o risco de uma **inflação** menor devido ao fraco desempenho econômico se elevou desde a reunião anterior, em março. A instituição reiterou, porém, que manterá "cautela, serenidade e perseverança" em suas próximas decisões, "inclusive diante de cenários voláteis". Na quarta-feira, 19, o Copom volta a decidir sobre a Selic.

No relatório desta segunda, os economistas estimam que o Copom fará três cortes consecutivos da Selic em 2019, a partir de setembro

No grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções (Top 5) de médio prazo, a mediana da taxa básica em 2019 foi de 6,50% para 5,75% ao ano, ante 6,50% de um mês antes. No caso de 2020, seguiu em 6,50%, ante 7,00% de quatro semanas atrás.

A projeção para o fim de 2021 no Top 5 seguiu em 7,50%. Há um mês, estava em 8,00%. Para 2022, a projeção do Top 5 foi de 7,50% para 7,00%, ante 7,75% de um mês antes.

Inflação controlada

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o **IPCA**, o índice oficial de preços, de 2019 de alta de 3,89% para elevação de 3,84%. Há um mês, estava em 4,07%. A projeção para o índice em 2020 seguiu em 4,00%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2021, que seguiu em 3,75%. No caso de 2022, a expectativa também permaneceu em 3,75%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,75% para ambos os casos.

A projeção dos economistas para a inflação está abaixo do centro da meta de 2019, de 4,25%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,75% a 5,75%). Para 2020, a meta é de 4%, com margem de 1,5 ponto (de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

As projeções mais recentes do BC, considerando o cenário de mercado, apontam para inflação de 4,1% em 2019 e 3,8% em 2020. Elas constaram no comunicado e na ata da última reunião do Copom, em maio. Já o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** informou, no dia 7, que o IPCA de maio subiu 0,13%. Em 12 meses, a taxa acumulada é de 4,66%.

Para o IPCA de junho, a previsão passou de uma inflação de 0,11% para deflação de 0,01%. Um mês antes, o percentual projetado indicava inflação de 0,30%.

Para julho, a projeção no Focus foi de alta de 0,21% para 0,20% e, para agosto, passou de elevação de 0,11% para 0,12%. Há um mês, os percentuais de alta eram de 0,19% e 0,13%, respectivamente.

A estimativa para a cotação do dólar foi mantida em R\$ 3,80 para o fim deste ano.

Tribuna

BC mostra que atividade econômica segue em retração

Os dados do Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), divulgados na manhã desta sexta-feira (14/6), mostram que a retração da atividade econômica continua no segundo trimestre do ano. Após ter recuado 0,78% no primeiro trimestre (dado revisado), o IBC-Br teve queda de 0,47% em abril. Os dados já estão ajustados sazonalmente. É o que mostra reportagem do Estadão.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão oficial do BC para o PIB em 2019 é de avanço de 2,0%, mas o índice tende a ser revisado no fim do mês, quando a instituição divulgará o Relatório Trimestral de Inflação.

No boletim Focus, que compila as projeções do mercado financeiro, a projeção mediana para o PIB em 2019 já está em apenas 1,00%. No entanto, o sistema do Focus indica que já existe pelo menos uma instituição financeira

que projeta um PIB de apenas 0,51%.

De janeiro a março deste ano, o dado oficial do PIB, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou retração de 0,2% na economia.

Estes dados negativos coincidem com o período de governo do presidente Jair Bolsonaro. Com a reforma da Previdência ainda pendente no Congresso, o que inviabiliza o ajuste das contas públicas, a economia brasileira não demonstra reação mais forte.

Os dados do BC também mostraram que em abril a atividade econômica recuou 0,62% em relação ao mesmo mês do ano passado, na série sem ajustes sazonais. Na prática, o nível de atividade está menor agora.

Chama atenção ainda o fato de que os indicadores de tendência estarem ruins. A média móvel trimestral do IBC-Br, bastante observada pelo mercado, teve baixa de 0,60% em abril, na série com ajuste sazonal. Em março, o indicador já havia registrado baixa de 0,52%.

17/06/2019 - 05:00

Empresa pode transferir crédito de ICMS

Por **Adriana Aguiar**

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) garantiu a uma fabricante de móveis o direito de poder transferir para outros contribuintes saldos acumulados de ICMS decorrentes de vendas para a Zona Franca de Manaus. A decisão, a primeira que se tem notícia, é resultado de mais uma das teses que surgiram com a equiparação dessas operações à exportação, prevista no artigo 4º do Decreto-Lei nº 288, de 1967.

Com base nessa norma, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já assegurou isenção de ICMS, PIS e Cofins sobre remessas de produtos à Zona Franca. Os ministros também já decidiram sobre a exclusão dessas vendas da base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e concederam aos contribuintes o direito de fruírem dos benefícios fiscais do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

Não há ainda, porém, qualquer pronunciamento do STJ em relação ao direito de transferência de saldos credores acumulados de ICMS, segundo o advogado que assessora a empresa de móveis no Rio Grande do Sul, Maurício Levenzon Unikowski, do Unikowski Advogados. "Portanto, podemos dizer que ainda se trata de um tema controverso, apesar do provável prognóstico de êxito", diz.

A decisão do TJ-RS foi unânime. Os desembargadores da 21ª Câmara Cível seguiram o voto do relator, desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, e mantiveram sentença de primeira instância (processo nº 70080153810).

Em seu voto, o relator afirma que artigo 4º do Decreto-lei nº 288, de 1967, confere o mesmo tratamento tributário dispensado às exportações, para todos os efeitos fiscais, para as mercadorias de origem nacional destinadas para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus. E acrescenta que esse dispositivo foi recepcionado pela Constituição de 1988.

O magistrado ainda destaca em seu voto que não encontrou chancela jurisprudencial para a interpretação restritiva pretendida pelo Estado de limitar os efeitos da equiparação da venda de produtos para Zona Franca de Manaus à exportação apenas aos benefícios vigentes à época da promulgação do artigo 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Em sua manifestação cita precedentes do STJ que tratam da não incidência de ICMS (REsp nº 34388), de PIS e Cofins (AREsp nº 944.269) e da contribuição previdenciária patronal (REsp nº 1639914). A decisão foi mantida após julgamento de embargos de declaração. Recentemente, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) recorreu aos tribunais superiores com recursos especial e extraordinário.

O impacto financeiro para a indústria de móveis é bastante significativo, segundo o advogado Maurício Levenzon Unikowski, uma vez que acumula mensalmente saldos credores de ICMS. A empresa compra matéria-prima com ICMS a 18% e vende seus produtos para contribuintes em outros Estados, com alíquotas interestaduais de 7% a 12%, e para a Zona Franca de Manaus, de forma isenta.



Advogado Maurício Levenzon Unikowski: essa transferência vale dinheiro

Esses créditos escriturais, apesar de não terem correção monetária, não prescrevem, explica o advogado. "Por isso, há um grande volume que poderá ser transferido a terceiros. Essa transferência vale dinheiro. Empresas podem vender esses créditos ou transferir para fornecedores na compra de matéria-prima", diz.

O advogado Tércio Chiavassa, sócio do Pinheiro Neto Advogados, ressalta que todas as questões ligadas à Zona Franca de Manaus têm que ser interpretadas de acordo com a Constituição, "que elevou a região para que fosse considerada como um território estrangeiro, com todos os benefícios da exportação igualmente conferidos". Ele afirma que desconhece decisões que tratam de transferência de créditos. Mas entende que deve ser aplicado a esses casos a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores sobre outros tributos e benefícios.

Por nota, a PGE do Rio Grande do Sul informa que observa a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido da validade das desonerações tributárias previstas no regime anterior à Constituição de 1988. "Já a nova ordem constitucional proíbe que uma esfera federativa interfira na competência tributária de outra, no caso, a União sobre os Estados. Assim, o Rio Grande do Sul não onera com o ICMS as saídas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus, inclusive, reconhecendo a manutenção e o aproveitamento do crédito fiscal do contribuinte", acrescenta.

Entretanto, de acordo com a PGE, "os benefícios federais posteriormente conferidos às exportações não devem ser automaticamente transferidos às operações à Zona Franca de Manaus em relação a tributos estaduais, sob pena de violação ao artigo 151, inciso III, da Constituição Federal". Por fim, o órgão afirma que os precedentes arrolados no acórdão dizem respeito somente a tributos federais.

17/06/2019 - 05:00

TJ-RJ afasta ITCMD sobre plano de previdência

Por **Joice Bacelo**

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) declarou inconstitucional uma lei do Estado que obriga companhias de seguro a reter e recolher o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre os planos de previdência privada do tipo VGBL. A decisão é do Órgão Especial e foi proferida em uma representação de inconstitucionalidade apresentada pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, Capitalização e Previdência Complementar Aberta (Fenaseg).

A entidade já havia obtido decisão semelhante, contra a incidência do imposto, no tribunal de Sergipe. Há ações ainda ajuizadas em Goiás e Minas Gerais - Estados que também preveem a cobrança. Mas ainda não foram analisadas.

No Rio de Janeiro, o tema é tratado pela Lei nº 7.174, de 2015. Consta no artigo 23 que as entidades de previdência complementar e sociedades seguradoras são obrigadas a reter o tributo na fonte e recolhê-lo se ocorrer a morte do titular do plano e for feito o pagamento dos valores contratados à pessoa indicada como beneficiária. A alíquota do imposto, no Estado, pode chegar a até 8% sobre o valor dos bens.

Relatora no caso no TJ-RJ (processo nº 0032730-06.2016.8.19.0000), a desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira entendeu que os planos do tipo VGBL têm natureza jurídica de seguro e, sendo assim, não poderiam ser considerados como herança. Ela levou em conta o artigo 794 do Código Civil. "Por não ser considerado herança não há fato gerador que enseje à incidência do ITCMD", afirmou ao proferir o voto.

A desembargadora frisou, no entanto, que o mesmo entendimento não poderia ser aplicado aos planos do tipo PGBL. A natureza dos dois são distintas, acrescentou. "O PGBL vem sendo tratado pela jurisprudência como uma espécie de aplicação financeira a longo prazo", disse, citando o REsp nº 121719, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Sendo o PGBL uma aplicação financeira, afirmou, haveria, no caso de morte do titular, uma transmissão aos seus herdeiros e por esse motivo incidiria o ITCMD. O entendimento da relatora foi seguido por todos os demais julgadores do Órgão Especial - a mais alta instância do tribunal, composta pelos 25 desembargadores mais antigos.

Os magistrados analisaram as duas modalidades, PGBL e VGBL, porque outros dois processos foram julgados de forma conjunta e eles tratavam da incidência do imposto também sobre esse outro tipo de plano. Um dos processos (nº 008135-40.2016.8.19.0000) foi apresentado pelo deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) e o outro pela própria Fenaseg (nº 0005090-91.2017.8.19.0000).

A diferença entre as duas modalidades é basicamente tributária, contextualiza o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados e representante da Fenaseg nas ações julgadas pelo tribunal do Rio. O PGBL vale mais para aqueles contribuintes que fazem a declaração completa do Imposto de Renda (IR), porque permite a dedução de até 12%. No momento do saque do dinheiro, há a incidência de IR sobre o valor total e também sobre a renda recebida.

Já o VGBL é recomendado para os contribuintes que fazem a declaração simplificada, diz o advogado, já que nessa modalidade não existe a possibilidade de abatimento do imposto. No momento de resgate do dinheiro, haverá o recolhimento do IR sobre o valor dos rendimentos somente e não sobre o valor total acumulado.



Advogado Luiz Gustavo Bichara: decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro tem efeito para todos

Especialista em tributação, o advogado Diego Viscardi, do escritório Machado Associados, entende que a decisão, mesmo contemplando apenas o VGBL, é importante porque os planos de previdência são cada vez mais utilizados para planejamentos sucessórios. "Tem grandes benefícios", afirma. "Permite ao instituidor destinar parte do seu patrimônio aos herdeiros sem tributação e sem inventário."

Além disso, chama a atenção, por ter natureza de seguro, torna-se mais difícil a contestação nos casos em que somente um dos herdeiros figura como beneficiário. Os demais herdeiros não teriam o direito à partilha dos valores porque não se estaria, então, tratando de herança.

O advogado Luiz Gustavo Bichara destaca que a decisão do TJ-RJ, pela inconstitucionalidade, "retira a lei do mundo jurídico no Estado do Rio de Janeiro". "É como uma ação direta de Inconstitucionalidade. Tem efeito erga omnes", enfatiza.

O **Valor** entrou em contato com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) do Rio, mas não teve retorno até o fechamento da edição.

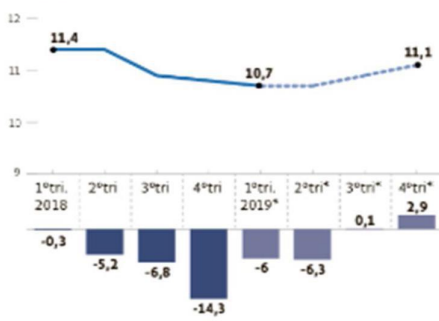
FOLHA DE S.PAULO

Venda de smartphones deve ter novo ano de retração

■ Variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em %

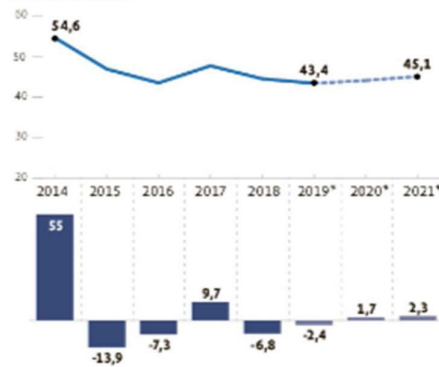
Após trimestres de queda, consultoria espera alta no número de celulares vendidos a partir de julho deste ano

Em milhões



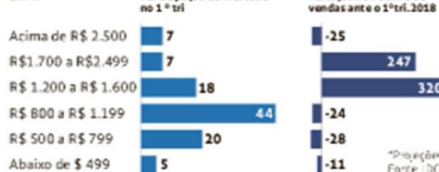
Em queda desde 2017, as vendas anuais só devem se recuperar em 2020

Em milhões de unidades



Queda é concentrada em aparelhos de menor valor

Em %



Sem Lei do Bem, varejo quer vender smartphone premium

Aparelhos mais baratos perdem incentivo fiscal e afetam ganhos de lojistas

Filipe Oliveira e Tássia Kastner

SÃO PAULO Trocar de smartphone poderia ter ficado mais caro neste ano, reflexo do fim de um incentivo fiscal que o governo concedia para aparelhos de até R\$ 1,500.

Não ficou, segundo as grandes lojas de comércio eletrônico. O motivo foi o orçamento apertado de consumidores, que precisam adiar a compra de novos celulares.

Só no primeiro trimestre, as vendas recuaram 6%, segundo a consultoria IDC, estendendo anos de retração.

O fim da Lei do Bem, na vinda do ano, não ajudou.

Criada em 2005 e mais conhecida por dar redução do Imposto de Renda para empresas que investem em inovação, essa norma previa também a isenção de PIS/Cofins na venda de alguns aparelhos eletrônicos que fornecem acesso à internet.

Era uma estratégia do governo para ampliar uso da rede no Brasil.

Para celulares, o desconto era aplicado nas vendas do varejo. Além do preço máximo, os aparelhos deveriam ser produzidos no país e cumprir uma cota de componentes nacionais, explica a advogada Ana Carpinetti, sócia do escritório Pinheiro Neto.

A alíquota de PIS/Cofins de celulares é, em geral, de 9,25%.

Fabrizio Garcia, vice-presidente do Magazine Luiza, afirma que a varejista estimou um aumento de 5% a 6% no valor dos smartphones, o que acabou não ocorrendo.

"Nossos concorrentes não repassaram, acabou tendo um sacrifício [de margem de lucro]", disse ele.

Em comunicado de divulgação de resultados do primeiro trimestre, a varejista afirmou que houve redução de margem compensada por outras receitas.

Já a Via Varejo (dona de Casas Bahia e Pontofrio) disse, em nota, que não repassou o aumento, o que também se refletiu em receita menor.

A analistas, também na divulgação dos números do início de 2019, a empresa afirmou que o impacto sobre os resultados poderia continuar no segundo trimestre.

A B2W (Americanas.com e Submarino) foi outra companhia de capital aberto que relatou dificuldades no segmento. Destacou que a receita bruta teria saltado 25%, e não os 15% registrados no período sem o efeito da Lei do Bem.

Renato Meireles, analista responsável pelo setor de smartphones no IDC, ressalva que, apesar da queda no volume de smartphones vendidos, ela foi menor do que previsto para o trimestre pela consultoria em 2018, de 1%.

A baixa nas vendas, em sua avaliação, está ligada à economia ainda desaquecida no Brasil e à maturidade do mercado local. A maior parte dos consumidores em potencial já tem um smartphone e as trocas vêm se tornando menos frequentes.

Segundo o IDC, o Brasil tem hoje uma base instalada de 154 milhões de smartphones, média de 0,73 aparelho por habi-

tante, levando em conta que a população do país é de 210 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Apesar do tombo das vendas em números absolutos, o IDC aponta que o faturamento cresceu 8%. Ou seja: quem comprou, optou por aparelhos mais caros.

Isso fica evidente quando a consultoria abre a variação nas vendas por faixa de preço.

Houve queda nas vendas de aparelhos que custam até R\$ 1,200, que podem ser considerados modelos de entrada, com menos funções e tecnologias, enquanto foram registrados saltos expressivos nas vendas de segmentos de preços intermediários.

Já os modelos topo de linha (iPhones novos, por exemplo, que custam mais de R\$ 2,500), também venderam menos.

Tanto Meireles quanto as varejistas destacaram que a chegada de novos modelos de smartphones no mercado neste começo de ano ajudou a preservar faturamento por que houve liquidação de modelos antigos.

Há ainda um outro fenômeno, típico de mercados mais maduros quando há uma troca de aparelho, o consumidor busca um com mais funções, o que eleva o valor de venda.

"Como estamos em um mercado maduro, os consumidores já têm smartphones e agora buscam novos modelos", diz Meireles.

Passado o primeiro trimestre ruim, a Magazine Luiza lançou uma campanha comercial com troca de apare-

lhos antigos por modelos novos, topo de linha, com descontos que chegam a R\$ 2,500 (nos modelos mais caros). O celular usado é dado pelo cliente ao negócio.

O objetivo, além de avançar as vendas, é garantir uma participação de mercado maior nos segmentos em que as margens são mais elevadas e sofrem menos com a restrição de orçamento dos consumidores na crise.

Movimento semelhante foi destacado pela Via Varejo em seus resultados.

Ainda que o varejo caminha para uma fatia de mercado menos dependente do incentivo fiscal, a indústria tentou preservar o benefício.

A Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) e o governo federal travaram uma disputa na Justiça pela manutenção da política.

Em 2015, mesmo ano em que prorrogou a vigência do benefício até o final de 2018, o governo de Dilma Rousseff (PT) editou Medida Provisória que o encerrava, em um esforço para ajustar as contas do governo.

A associação conseguiu em 2016 uma liminar (decisão provisória) que garantia a manutenção do benefício pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília), mais tarde confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Na época, a União afirmou que o benefício, em três anos, implicaria uma renúncia fiscal de R\$ 12 bilhões.

A associação não comentou o caso.

Bolsonaro quer imposto menor para celular importado

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou neste domingo (16) que o governo estuda uma redução nos impostos sobre importação de produtos de tecnologia da informação, como computadores e celulares.

A alíquota poderia cair de 16% para 4%, afirmou.

Em publicação nas redes sociais, Bolsonaro afirmou que o tema é objeto de estudo no Ministério da Economia para estimular competitividade e inovação. O governo também vai avaliar, de acordo com o presidente, a possibilidade de redução de impostos para jogos eletrônicos.

"Para estimular a competi-

tividade e inovação tecnológica, o governo estuda, via secretaria do Ministério da Economia, a possibilidade de reduzir de 16% para 4% os impostos sobre importação de produtos de tecnologia da informação, como computadores e celulares", escreveu em sua conta no Twitter.

"Avaliaremos também a possibilidade de reduzir impostos para jogos eletrônicos", acrescentou.

O secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, havia comentado o assunto na semana passada no Rio, no Congresso Mundial das

Câmaras de Comércio. Essa redução tributária ocorreria até o fim do mandato de Bolsonaro, em 2022.

O governo não informou qual seria a renúncia fiscal com a medida, em um período em que tem dificuldade para equilibrar as contas.

O setor movimentou R\$ 195,7 bilhões em 2018, valor 12,7% maior do que o ano anterior, segundo a Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação).

Os dados se referem a empresas que trabalham com hardware, software, serviços, computação em nuvem, esta-
tais e exportações.

Tribuna

Justiça autoriza exclusão de PIS e Cofins

Em recente decisão de 27/05/2019, a Justiça Federal da Bahia autorizou o contribuinte, empresa baiana do setor de tecnologia, a excluir os valores de PIS e COFINS de suas próprias bases de cálculo (incidência "por dentro"), apuradas mensalmente, reconhecendo, também, o direito de o contribuinte compensar ou repetir os valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. O objeto desta ação pode gerar uma recuperação de aproximadamente 1% do faturamento bruto da empresa durante esse período.

Isto porque, segundo o julgador do caso, "todos os fundamentos já declinados no tocante à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, são perfeitamente aplicáveis na presente hipótese, porquanto partem da mesma linha de raciocínio acerca dos elementos que compõem a base de cálculo das contribuições sociais". Nesse sentido, atesta o julgador que "vê-se, neste contexto, que se não há circulação de riqueza e não há ingresso no patrimônio da impetrante, revela-se indevida a tributação incidente sobre as contribuições da PIS e da COFINS".

Vale lembrar que esta não é a primeira decisão que exclui o PIS e a COFINS da própria base de cálculo dessas contribuições. Em meados de agosto de 2018, a Justiça Federal do Distrito Federal e de Santa Catarina já haviam autorizado a exclusão dos valores de PIS e COFINS das bases de cálculo dessas próprias contribuições.

Tribuna

Ipea: inflação desacelera para todos

A inflação desacelerou para todas as classes sociais, especialmente para a faixa de renda mais baixa, informou ontem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, em maio houve desaceleração pelo segundo mês consecutivo. É o que mostra reportagem da Agência Brasil.

De acordo com o Ipea, a deflação no preço dos alimentos beneficiou as famílias de renda mais baixa, que tiveram inflação de 0,10%, enquanto as famílias mais ricas tiveram inflação de 0,18%. No acumulado em 12 meses, de junho de 2018 a maio de 2019, a inflação das famílias mais pobres é de 5,05%, superior à taxa de 4,4% das famílias com maior poder aquisitivo.

A pesquisa mostra que, dos 18 subgrupos que compõem o segmento de alimentação no domicílio, 10 apresentaram deflação em maio. Os itens com as maiores quedas de preço foram tubérculos (-3%), hortaliças (-4,6%), cereais (-5,0%) e frutas (-2,9%). Os produtos têm maior peso na cesta de consumo das famílias mais pobres. Por isso, a queda nos preços ajudou a anular, em parte, os efeitos da alta de energia elétrica (2,2%), gás de botijão (1,4%) e produtos farmacêuticos (0,82%), diz o Ipea.

Já a inflação das famílias mais ricas foi impactada pela alta de 2,6% no preço da gasolina e no aumento de planos de saúde (0,80%) e serviços médicos (0,58%). Os alimentos contribuíram para a desaceleração, mas em ritmo mais lento.

Tribuna

Liberação do FGTS à vista? A queda de braço pelos bilhões dos trabalhadores

No dia em que foi divulgada a retração de 0,2% da economia brasileira no primeiro trimestre de

2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo estuda liberar o saque de dinheiro dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS. É o que mostra reportagem da BBC. Também com a intenção de dar estímulo à economia, medida semelhante foi tomada no governo anterior: em dezembro de 2016, o então presidente Michel Temer anunciou liberação para saque de contas inativas, o que totalizou R\$ 44 bilhões.

A discussão recorrente sobre o uso de recursos do fundo desperta não só o debate pontual sobre os reais efeitos desses saques "fora de época", mas também sobre o papel do FGTS, criado há mais de 50 anos, no contexto atual da economia brasileira.

Em 6 perguntas, a BBC News Brasil explica o que está em estudo pelo governo, quem é contra a liberação de recursos do fundo e como o FGTS funciona hoje:

1. Qual é o plano do governo?

O ministro Paulo Guedes declarou, no fim de maio, que

o governo estuda liberar recursos do FGTS após a aprovação da reforma da Previdência, mas não deu detalhes sobre a medida.

A equipe do ministério trabalha com o cenário de uma liberação de pouco mais de R\$ 20 bilhões. Ainda não está fechado, contudo, qual será o "desenho" - por exemplo, se a regra de liberação será para contas ativas (contratos em andamento), inativas (contratos que já terminaram), ou mesmo se terá algum tipo de limite.

Há inclusive quem defenda que a liberação poderia acontecer antes do fim da tramitação da reforma da Previdência no Congresso - que hoje está no início da tramitação na Câmara e também precisa de aprovação do Senado.

A avaliação da equipe de Guedes é que, no governo Temer, a medida foi bem sucedida. O atual governo também vê com bons olhos a distribuição de 50% do lucro do fundo no ano anterior para os trabalhadores com contas no FGTS, prevista em lei sancionada por Temer em 2017.

Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério da Economia informou apenas que o saque de contas do FGTS "está em estudo".

2. Liberar recursos do fundo ajuda a economia?

A injeção de recursos na economia por meio da liberação de recursos do FGTS pode ajudar a economia, mas apenas no curto prazo, dizem especialistas. A economista Vivian Almeida, professora do Ibmec, diz que a liberação de novos saques do FGTS tem efeito limitado se for pensada de forma isolada.

"Se você liberar (o saque do FGTS) sem junção com outras reformas, isso vai ter um efeito limitado, com renda transitória, que vai responder àquele momento, com aquelas demandas pontuais e isso não vai se refletir em aumento de renda permanente das famílias", diz.

A economista Vivian Almeida, professora do Ibmec, diz que, sem reformas, a liberação de recursos do FGTS tem efeito limitado.

O economista Pedro Fernando Nery, consultor do Senado, também diz que se trata de uma medida de curto prazo. "O essencial é que a gente saiba que não existe pote de ouro ao fim do arco-íris em qualquer lugar. O caminho para o crescimento é mesmo o caminho das reformas." Professora do Curso de Ciências Contábeis da UnB, Lorena Campos explica que a ideia por trás dessa medida é a de que, com mais verba disponível, as famílias ficariam propensas a

um consumo maior, o que geraria estímulo à produção e, como consequência, haveria o aumento de empregos e salários.

Ela lembra, no entanto, que não é possível ter certeza do que cada família fará com o dinheiro. "Uma vez que há a disponibilidade desse recurso para as famílias, acredita-se que a 'renda extra' seja destinada para consumo, pagamento de dívidas e investimento", diz.

Em 2017, durante o governo Temer, 25,9 milhões de trabalhadores fizeram o saque de cerca de R\$ 44 bilhões de contas inativas do FGTS. Vivian Almeida aponta que a medida "foi responsável por um dinamismo maior no ano de 2017", mas que a experiência mostra que, com medidas muito pontuais, "os efeitos tendem a se dissipar muito rapidamente".

3. Quem é contra liberar o saque de contas do FGTS?

A principal voz contra a liberação de saques, que diminui a verba do FGTS, é o setor da construção civil, já que os recursos do fundo são usados para financiar programas de habitação - como o Minha Casa, Minha Vida -, além de saneamento e infraestrutura, com juros menores do que as taxas de mercado.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 15 e 16/06/2019	Página: 06

Tribuna

Setor produtivo quer redução do spread

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Ricardo Alban, cobrou, ontem uma maior contribuição do setor financeiro ao novo ciclo de desenvolvimento econômico que precisa acontecer no país. Isso passaria, na avaliação do presidente, pela redução dos custos do crédito uma vez que, entre as maiores economias do mundo, o Brasil é o país com o maior spread bancário, com uma taxa anual de 38,4%.

"Quando temos o maior spread do mundo, como estimular a atividade econômica e o consumo? Todos – setor produtivo e consumidor – são afetados. Sabemos que o consumo de bens duráveis são alavancados pelo financiamento, então precisamos ter juros mais realistas", destacou Alban. Para ele, é preciso "fazer uma crítica construtiva e não se pode achar normal que o ciclo do setor financeiro seja sempre ascendente".

O tema foi discutido no seminário Spread Bancário no Brasil, que contou com a participação de especialistas e empresários da indústria e do comércio, no auditório da FIEB, em Salvador. O evento foi uma iniciativa da FIEB e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA).

O presidente da Fecomércio-BA, Carlos Andrade, ratificou as declarações de Alban e ressaltou que as altas taxas de juros cobradas afetam o desenvolvimento do país. Além disso, o spread elevado "torna o exercício de criar uma empresa, seja no comércio ou na indústria uma experiência difícil. Não há como se desenvolver com esse spread abusivo", acrescentou.